

ATA DA CENTÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 31-10-2018.

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Samir Squeff. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Resolução nº 029/18 (Processo nº 1288/18), de autoria de Dr. Thiago. Também, foi apregoado o Processo SEI nº 047.00008/2018-77, de autoria de Ricardo Gomes, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, sua participação, do dia quinze ao dia vinte e dois de novembro, no evento *25th CALD Anniversary*, em Bangkok, na Tailândia. Ainda, foi apregoado o Processo SEI nº 047.00009/2018-11, de autoria de Ricardo Gomes, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, sua participação, do dia seis ao dia nove de novembro do corrente, no evento *Atlas Network's Liberty Forum and Freedom Diner*, em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América. A seguir, a Presidenta concedeu a palavra, nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento, a Samir Squeff. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se José Freitas, Cassiá Carpes, Aldacir Oliboni, Mendes Ribeiro, Tarciso Flecha Negra, Cláudio Janta, João Bosco Vaz, Adeli Sell, Professor Wambert, Roberto Robaina e Mônica Leal. Em continuidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por João Carlos Nedel, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 4ª Sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 010/18. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 078/18. Às quinze horas e quarenta e três minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 046/17 (Processo nº 2780/17), após ser discutido por Adeli Sell, Prof. Alex Fraga e Marcelo Sgarbossa e encaminhado à votação por Prof. Alex Fraga, Cassio Trogildo e Idenir Cecchim. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Prof. Alex Fraga e Fernanda Melchionna, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 046/17. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 046/17, por dez votos SIM, dezessete votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Fernanda Melchionna, José Freitas,

Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Samir Squeff, votado Não Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Tarciso Flecha Negra e optado pela Abstenção Cassiá Carpes. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 046/17, por vinte votos SIM e nove votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Tarciso Flecha Negra e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Samir Squeff. Após, foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por Moisés Barboza, à Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/18 (Processo nº 0233/18), e foi aprovado Requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando que essa subemenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Também, foram aprovados Requerimentos de autoria de Moisés Barboza, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 01, 02 e 03 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, todas apostas ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/18. Ainda, foi apregoada a Emenda nº 04, assinada por Moisés Barboza, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/18, e foi aprovado Requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/18 (Processo nº 0233/18), após ser discutido por Marcelo Sgarbossa, João Bosco Vaz, Idenir Cecchim, Comandante Nádia, Cláudio Janta, Professor Wambert, Fernanda Melchionna, Mendes Ribeiro, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Cassio Trogildo, Adeli Sell, Airto Ferronato, José Freitas e Prof. Alex Fraga. Foi aprovada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/18, por vinte e dois votos SIM e cinco votos NÃO, em votação nominal solicitada por Marcelo Sgarbossa, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra e Não Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Samir Squeff. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/18, por vinte e um votos SIM, seis votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Marcelo Sgarbossa, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes,

Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra, votado Não Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Samir Squeff e optado pela Abstenção André Carús. Em prosseguimento, foi apregoado o Ofício nº 968/18, do Prefeito, comunicando que se ausentaria do Município do dia vinte e três ao dia vinte e nove de novembro do corrente, quando participaria de reuniões em Washington DC e em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América. Durante a Sessão, Comandante Nádia e Ricardo Gomes manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de Giuseppe Riesgo, deputado estadual, e de Mario Manfro, ex-vereador deste Legislativo. Às dezessete horas e cinquenta e sete minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por João Bosco Vaz, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mônica Leal e Mauro Pinheiro e secretariados por José Freitas. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Samir Squeff está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR SAMIR SQUEFF (PT): Boa tarde a todos e todas aqui presentes. Em nome da minha mãe, aqui presente, cumprimento a Presidente da Casa; em nome dos amigos, apoiadores e familiares, aqui presentes, cumprimento os meus pares. Eu gostaria de falar aqui sobre alguns projetos que a gente traz para esta Casa neste período em que nos foi dada a oportunidade de estarmos assumindo a vereança neste pleito.

Antes de falar sobre os projetos, eu gostaria de explanar o motivo pelo qual trago esses projetos para apreciação da Casa. Na verdade, eu sou um rapaz oriundo de uma comunidade da Zona Sul de Porto Alegre, e, por este motivo, conhecemos muito bem a realidade que muitas vezes não é a realidade de cada um de nós, na maioria das vezes. Portanto, o motivo que me leva a trazer esses projetos para apreciação da Casa passa por um fator que, para mim, é determinante e que muitas vezes não faz parte dos nossos dias. Esse tema chama-se dignidade. O que é dignidade para cada um de nós e o que é dignidade para a maioria da nossa população porto-alegrense, que é uma população, em sua maioria, sofrida, carente e abandonada? É para essas pessoas que eu pretendo falar aqui hoje à tarde.

A dignidade que, muitas vezes, para nós, é poder ter um conforto maior dentro dos nossos lares, poder ter a condição de andar num veículo melhor, ter algum tipo de regalia no nosso cotidiano não é a realidade dos moradores da nossa Cidade, que, como eu disse anteriormente, vivem em situação de calamidade dentro das comunidades pobres da cidade de Porto Alegre. Dignidade, muitas vezes, para quem mora lá na Restinga, para quem mora lá no Timbaúva, para quem mora lá no Rubem Berta, pode ser não ter que passar por um esgoto a céu aberto para chegar em casa, não ter que sofrer por não ter condições de pagar a sua própria moradia, e isso fica claro nos nossos dias, pois, facilmente, andando pelas ruas da Cidade, podemos detectar um

crescimento absurdo da população de rua aqui em Porto Alegre. Portanto, a justificativa de eu trazer esses dois projetos e um pedido de providências para a Casa passa por isso, são projetos e pedidos que tentam contemplar os anseios de pessoas que não enxergam mais no Poder Executivo municipal alternativas para resolver os seus problemas. Em relação ao pedido de providências, estaremos encaminhando aqui na Casa um projeto para padronização das praças de Porto Alegre, bem nessa linha que eu referia há pouco. Por que as praças das zonas nobres da Cidade possuem infraestrutura, possuem conservação e possuem diferenciais que as praças nas periferias não têm? Então, o intuito é que possamos ter na nossa Cidade, pelo menos nessa área, a igualdade de dar aos moradores tanto da periferia quanto dos bairros nobres a mesma oportunidade de recreação e lazer que algumas praças possuem.

Também trago para esta Casa um projeto de lei que institui o Dia do Pau-Brasil. Existe uma lei federal, e, como todos sabem, a explanação de motivos pode ser muito ampla, mas facilmente podemos falar sobre esse tema, pois o pau-brasil é uma árvore pioneira da nossa colonização e é uma árvore que está em extinção.

O outro pedido de providências é na comunidade onde eu nasci e me criei, na Zona Sul de Porto Alegre, que é a colocação de redutores de velocidade em frente à EMEF Aramy Silva e nos seus arredores, onde entram e saem alunos, familiares e professores, e que se transformou em uma pista de corrida.

Por último, queria dizer que vivemos um momento muito difícil, e que a minha estada aqui, por poucos dias que sejam, será uma estada para defender a democracia, que há pouco nos foi roubada, de 2016 para cá, em que claramente uma Presidente íntegra e honesta foi retirada do seu cargo. Nós vivemos agora, há pouco tempo, um período eleitoral em que os votos do Presidente eleito não se deram por suas propostas, não se deram pela figura que ele representa, mas, sim, por uma onda antipetista instaurada no nosso País. E o recado que eu deixo aqui para cada um de nós é que, se este governo, simplesmente, for direcionado às elites brasileiras, se este governo, simplesmente, não contemplar a todos nós, isso é antidemocrático. Agora, se este governo tentar, através do retrocesso, discriminar, perseguir ou torturar, como foi proposto, nós estaremos nas ruas para que, em uma só voz, ecoemos: “#EleNão”. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica, colegas vereadores e público que nos assiste; ontem, visitei a CIL – Central de Intérpretes de Libras – no Município de Alvorada, o que funciona muito bem. Ver. Moisés, líder do governo, eu fiz uma indicação para o prefeito Marchezan, em 19 de abril de 2017, para nós criarmos uma aqui em Porto Alegre. E eu fui a Alvorada, vejam as fotos, junto com as associações que representam a comunidade de surdos.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Conversando com eles, a gente vê o sufoco que eles passam no dia a dia. É importante ressaltar que, em Porto Alegre, nós temos, em torno, de 420 mil pessoas com deficiência auditiva, segundo a Feneis. Então, é um público muito grande e, no Estado, é em torno de 3% também de pessoas que não estão sendo bem atendidas. Então a ideia é criarmos uma central. O que precisa nesta central? Uma pessoa que entenda de Libras para recebê-los, um computador para atendê-los via internet e alguém para acompanhá-los, se for o caso, para uma consulta médica, para ir ao banco, porque nós, nos deparando com a realidade deles, ficamos sabendo que muitos deficientes, inclusive mulheres, não vão ao médico – como mulheres sem deficiência, que têm todo seu organismo funcionando, inclusive audição – porque não têm o intérprete e as doenças se agravam tanto no homem quanto na mulher. Então é fundamental que o governo venha a ter esse olhar. Podemos iniciar, por exemplo, com os CCs. Por que não contratar CCs que sejam intérprete de Libras para iniciar, numa sala? Em Porto Alegre podemos pensar em regiões, 17 regiões, terem pelo menos um intérprete em cada. Eu lembro que, quando fui conselheiro tutelar, deparei-me com um garoto surdo: como atendê-lo? Eu me socorri na Feneis, que me socorreu naquela época. Então, se o governo tiver esse olhar e iniciar... A indicação foi feita no mês de abril. Se você for parar para pensar no motorista, numa sala, vamos pensar no que temos. Quantas salas do governo temos por Porto Alegre? De repente, para não contratar um intérprete, vamos trabalhar com o que temos, de repente até o próprio governo tem pessoas que entendem de Libras. Então vamos ter um olhar especial. Conto com todos os colegas, e aqui na Casa já está tramitando um projeto que obriga a presença de tradutor interprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras, em todos os eventos realizados pelo Município de Porto Alegre, para realizar sua interpretação e tradução integral em Libras, um projeto de minha autoria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; nós ainda estamos fazendo análise da política brasileira. Quero fazer aqui, com os senhores e com as senhoras, uma reflexão. Não sou daqueles que são radicais de esquerda, nem de direita, até nem sei aonde eu ando de tão ruim que são essas direita e esquerda radicais do País. Mas eu sei que o cidadão precisa de melhor saúde, melhor educação, maior segurança, transporte, vias públicas para carregar a nossa produção. Conheço muito bem, trabalhei durante sete anos, em São Borja, na cooperativa, quando São Borja era a capital do trigo do Brasil, 2,2 milhões de sacos de trigo. Portanto, conheço muito bem a agricultura também. E foi quando tivemos

dinheiro na nossa cidade, com trigo, pago na boca do caixa do Banco do Brasil, do Cetrin.

Quero dizer que quase todos os partidos foram punidos nesta eleição. Claro que houve alguns mais punidos ainda, principalmente aqueles que usaram e que passaram pelo governo federal. O PT não conseguiu fazer a votação. Falaram recentemente aqui da Dilma, que não se elegeu em Minas Gerais. Não conseguiu se eleger. Fugiu daqui, foi para Minas Gerais, não se elegeu. Foi punida também, além de vários e vários partidos, inclusive do meu, em que foram presos ou estão presos. Sou favorável à Lava Jato, sim, foi o fato mais importante da história do Brasil nos últimos anos. E não foi em Brasília, nem na velha capital, o Rio de Janeiro, nem em São Paulo – o maior polo econômico deste País; foi em Curitiba. Punidos, portanto, o PT, o PMDB – ou MDB, como queiram –, do Sarney, que está junto com o Lula, junto com o PT. O PSDB, Barboza, que nos enganou por muito tempo, não pode nos enganar mais: é de esquerda ou é de direita? É socialista ou não? A sociedade quer saber! O Fernando Henrique quer a liberação das drogas, assim como os partidos de esquerda. Enganaram este País, não dá para enganar mais, as urnas são irreversíveis. Nós achávamos que o Fernando Henrique Cardoso era de centro-direita, e ele é de esquerda! Aí fomos nos dar conta de que ele também teve alguns problemas no passado, e agora se revelou.

O meu conteúdo maior aqui é o seguinte: há esperança. Eu votei no Bolsonaro, não poderia votar no PT, e eu sou de votar, não me escondo; vocês acham que vou à urna para não votar? Desde São Borja, Tarciso, meu colega, nos conhecemos, já falávamos de política naquela época, no estádio Olímpico. Eu estive no movimento das Diretas, discursando a favor do voto direto, a favor da democracia; mas democracia com direitos e deveres, Maroni – direitos e deveres! –, e não é o que nós estamos vendo. Há alguns partidos que se dizem donos da democracia.

Em relação aos militares, será que nós só precisamos dos militares quando falta água no Nordeste? Quando cai a ponte no Rio Grande do Sul? Quando há catástrofes no Rio Grande do Sul? Aí nos lembramos dos militares? Não! Eles são úteis e iguais a nós na hora de votar e se elegeram dezenas de militares, das Polícias Cíveis e Militares pelo Brasil afora, aqui é Brigada Militar, do Exército, eles têm a mesma legitimidade, a mesma prerrogativa de entrar na convenção e concorrer. Estão estranhando o quê? Militar não pode participar da vida brasileira, só na hora do sufoco, só no desespero que a população precisa do Exército? Não! Tem a mesma legitimidade dos civis. O PCdoB não fez a cláusula de barreira, o comunismo não fez a cláusula de barreira neste País, porque, realmente, nós não queremos nem ditadura, nem comunismo. O que está aí foi no voto legítimo, sacramentado pela população brasileira. Se for no voto, eu apoio sempre; se não for no voto, não conte comigo. Eu sou oriundo dessa democracia. Portanto, nós temos que fazer uma reflexão. A população se convenceu, não quer mais isto: não quer o PSDB mais, não quer o PT mais, não quer o comunismo mais. A família começou a olhar para dentro de si, a classe média começou a decidir as coisas que não decidia, só pagava impostos. As religiões acordaram, e olha que a católica, que é a minha, Ver. Nedel, trabalhou a vida inteira para o PT, a vida

inteira nos bairros fazendo lavagem cerebral a favor da esquerda. Hoje, ela está dividida, mas está quieta, está com vergonha; as outras ganharam coragem.

Para concluir, Presidente, quero dizer que essa é a reflexão. Vamos olhar para frente. Se, daqui a quatro anos, este governo não for bem... Quero deixar bem clara a minha posição aqui: sou contra a reeleição, a reeleição é um calço para o País. Vamos parar com isso de os partidos – o meu, os de vocês – estarem em todos os governos. São mais de 100 mil funcionários, CCs, pelo Brasil afora, que estão vinculados ainda a partidos que se digladiam nas urnas, mas estão unidos no dia a dia, lamentavelmente. Tomara que esse governo mude, corte a mamata das tetas do governo de muitos que, há muito tempo, não trabalham, simplesmente estão empregados momentaneamente nos governos municipal, estadual e federal. Aqui, no governo, também tem problema. É esta a nossa esperança: mudança total, e só através das urnas, sem reeleição. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro a presença do deputado estadual Giuseppe Riesgo, de Santa Maria, do Partido Novo. Seja muito bem-vindo!

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a Sra. Presidente, Ver.^a Mônica; os colegas vereadores e vereadoras, o público que acompanha a nossa sessão, nesta tarde. De imediato, em nome da bancada do PT, queremos dar as boas-vindas ao nosso colega, Vereador Samir, que possa fazer uma boa estada na Câmara, apresentando os seus projetos, suas iniciativas que dialogam com a cidade de Porto Alegre.

Eu quero abordar aqui neste período de Liderança um tema que vem sendo denunciado por um grupo de trabalhadores da área da saúde, e eu peço à liderança do governo e à vice-liderança que possam me ouvir, porque eu acho extremamente grave. Esse tema foi abordado ontem na Comissão de Saúde porque a empresa chamada ML Correa ganhou a licitação de serviços terceirizados para serviços de portaria e cozinha nas unidades de saúde de Porto Alegre. Essa empresa, ML Correa, não paga o vale-transporte, o vale-alimentação, os salários estão sempre atrasados, ou esses dois sempre atrasados, funcionários que têm férias vencidas, quando dão, não pagam as férias, e muitos trabalhadores que foram demitidos não tiveram suas rescisões pagas. Essa empresa, chamada ML Correa, dá uma impressão que é tão desqualificada que, segundo a palavra do próprio governo, da própria Secretaria da Saúde, eles não entregam as planilhas nem os controles para poder receber o recurso a que eles têm direito para pagar em dia os salários dos trabalhadores. Será que, no contrato desta empresa, não consta uma penalidade? E olhem só: venceu agora há poucos dias o contrato, e está se estudando a renovação desse contrato de trabalho! Os senhores acham que mereceria a renovação do contrato de trabalho? Por favor! Se isso acontecer, nós vamos fazer um requerimento para o comparecimento, e temos que obrigar essa empresa a vir aqui, para

pedir esclarecimentos! Eles estão lesando os trabalhadores, estão prejudicando o serviço de portaria e da cozinha das unidades de saúde! Isso me cheira – desculpem-me – à falcatrua. E nós não podemos conviver com isso. Nós estamos aqui para fiscalizar e ser respeitados naquilo que falamos e comprovamos, e eu posso comprovar aos senhores. Nós fizemos uma visita, enquanto Comissão de Saúde e Meio Ambiente, a um posto de saúde, no 1º semestre, aqui em Porto Alegre, ao fazer uma gravação na entrada dessa unidade de saúde, estava ali um senhor que tinha o jaleco ML Correa e o crachá de porteiro. Ao conversar com os cidadãos que chegavam para buscar o atendimento médico, perguntava se, de fato, eles conseguiam a consulta rápida, se demorava ou se estariam faltando médicos. Ao perguntar para esse cidadão, que não vou dar o nome, ele, ao responder que de fato era isso que estava acontecendo, disse que também há três meses não recebia o salário e começou a chorar, se emocionou. Os senhores acreditam que, quando o vídeo foi para as redes, não durou dez dias e esse cidadão foi demitido?! O cidadão, ao falar a verdade, foi penalizado com a demissão. Os senhores acham que só essa atitude não é injusta, que essa empresa seja idônea, que esteja prestando serviço num estabelecimento público? Queria pedir ao nobre Ver. Moisés que falasse com o Sr. Erno, secretário de saúde, tenho certeza absoluta de que o Prof. Erno não compactua com essa falcatrua! Portanto, deixo aqui o registro, em nome da nossa bancada, porque o que é certo, pessoal, tem que ser certo para todo mundo. Isso está prejudicando o acesso ao serviço público, principalmente na área da saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Presidente Mônica Leal; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que nos acompanha na galeria e pela TVCâmara; na condição de líder do MDB nesta Casa, não poderia me furtar de subir nesta tribuna e falar um pouquinho sobre a eleição que passou nesse domingo. Na minha opinião, o MDB do Rio Grande do Sul mostrou que é diferente, sim, do MDB nacional, fizemos oito deputados estaduais, quatro deputados federais, infelizmente perdemos o governo, mas perdemos por ele vir de um processo de governo com todas as suas dificuldades. Eu digo que o MDB, apesar dos resultados das urnas, venceu, sim, no Rio Grande do Sul. O governador José Ivo Sartori enfrentou as turbulências financeiras do Estado, da crise política e da economia nacional. Mesmo assim, fez mais de 2,7 milhões de votos no 2º turno, aumentando o número de eleitores se comparado com 2014, ano em que foi eleito governador do Rio Grande do Sul. É claro que lamentamos a impossibilidade de o MDB continuar a gestão de trabalho estabelecida para a recuperação e a promoção do Estado, mas os gaúchos mantiveram a tradição e optaram por não reeleger o governador, mesmo que as propostas dos candidatos em disputa fossem extremamente parecidas. Respeito a democracia, defendo o valor constância das propostas sérias, mas das instituições e da boa política. Por isso, acredito que não

podemos obstruir o caminho para o crescimento do Rio Grande, desconstruir o trabalho do MDB realizado até aqui, com dedicação e transparência inegáveis, comandado pelo governador José Ivo Sartori. Não sou favorável a fazer oposição por oposição, afinal muitas conquistas da próxima gestão deverão ser creditadas ao esforço do atual governo. Sartori reforçou a sua grandeza imediatamente após a divulgação do resultado da eleição. Ressaltou a sua disponibilidade para colaborar e desejou sucesso ao governador eleito, reiterando que a prioridade é o Estado do Rio Grande do Sul. Acredito que, dessa forma, devemos seguir mantendo a política do bem para todos.

A eleição acabou, mas confesso que o processo ainda é pulsante. Minha preocupação, neste momento, não está em ser, ou não ser oposição, mas, sim, em promover a imediata reflexão e o debate do MDB sobre o recurso dos novos tempos na política, em que a nossa atuação deve ser cada vez mais forte e efetiva em benefício da qualidade de vida dos cidadãos. Então, preocupa-me quando vejo, no jornal, declarações de companheiros nossos dizendo que a população nos colocou no lado da oposição. Eu discordo. Acredito que o MDB tem quadros qualificados, tem excelentes políticos que podem, sim, colaborar com o desenvolvimento do nosso Estado do Rio Grande do Sul. E por falar em oposição responsável, eu faço política porque acredito na política e não acredito em oposição irresponsável. Acho que a oposição tem que ser responsável. Sou a favor do diálogo, da construção em prol das pessoas e do desenvolvimento do nosso Estado. É tempo de refletir, é tempo de avaliar, e acho que dá para contribuir e colaborar para que o novo governador faça um grande trabalho, claro, fruto desse trabalho sério, dedicado, transparente que foi feito pelo nosso governador José Ivo Sartori. Muito obrigado e boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TARCISO FLECHA NEGRA (PSD): Boa tarde, Presidente Mônica Leal; vereadoras e vereadores; todos que nos assistem; primeiro, quero dar os parabéns para o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, porque foi um guerreiro com os seus onze jogadores e o Renato. São detalhes quando se perde ou ganha o título em casa – são detalhes. Mas o importante é que o time do Grêmio jogou com toda garra, com toda vontade, e colocaram a chuteira no coração, como todos disseram. Mais do que fizeram seria impossível.

Eu moro ali no Centro, e ouço as pessoas falando: “Olha, o Bolsonaro não fez nada ainda”. Gente que votou ou não nele, agora não adianta mais. Nós temos que ajudar para que este Brasil seja o que queremos, este Brasil que nós colocamos na televisão: “Esse Brasil que eu quero”. É que nem aqui na cidade de Porto Alegre, muitos não votaram, assim como eu, no Eduardo Leite, mas jamais eu vou jogar contra; o que ele precisar, eu vou estar junto, porque esta é a Cidade em que eu moro, é o Estado em que eu moro. Em tudo de bom que ele fizer para este Estado e para esta

Cidade eu estarei envolvido, porque aqui estão os meus filhos, os meus netos. Então, nós temos que parar, agora é a hora de botar uma pedra em cima. Da outra vez, eu não votei no Marchezan, mas nem por isso eu deixo de votar com o Marchezan em muitas coisas boas para Porto Alegre. Assim, se fosse o PT, se fosse o PSOL, o que tivesse de bom para votar para Porto Alegre, eu votaria, sim. A minha bandeira é pelo amor, pela paz, pela solidariedade, ajudar esta Cidade, o nosso Estado e que o nosso País tenha a tranquilidade de ter mais policiamento. Mas não é só mais policiamento, o que está faltando também é pararmos de olhar só para dentro de nós mesmos, porque, muitas vezes, nem votamos naquela pessoa e queremos vê-la fazendo tudo errado, mas é o contrário, porque, se fizer errado, será pelo Brasil. Então, líder do governo, Ver. Moisés, saiba que sempre que existirem coisas que vão ajudar Porto Alegre a crescer, eu votarei a favor. Eu sou independente, não sou oposição, não sou situação, eu sou o voto do povo de Porto Alegre, daqueles que acreditaram e que acreditam em mim. Esse é o meu voto. E vou sair da política de cabeça erguida, dizendo às pessoas que eu votei naquilo que Porto Alegre precisava. Não vou votar por interesse de A ou B, o meu voto vai ser sempre para o povo de Porto Alegre. Eu trabalhei 16 anos nas periferias com escolinhas e eu sei o que é isso, eu sei o que é a periferia atrás, às vezes, de R\$ 10,00, R\$ 15,00, para dar o que comer de manhã para os seus filhos e buscar a educação. Então quem trabalhou ali, viu e conversou sabe como é triste! Como é triste um País tão rico, tão grande como este, e a gente estar nesta penúria tão grande. Aliás, se votaram no Bolsonaro, se votaram ou não no Haddad, isso é de cada um, o voto é de cada um, mas a maioria quis Bolsonaro, então vamos ajudar para a termos um Brasil bem melhor. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, povo que nos assiste, eu queria usar o tempo de liderança do meu partido para falar de dois temas específicos. Quero começar pelo que o Ver. Oliboni estava falando, que duas vezes já subimos aqui na tribuna para falar dos atrasos que vêm ocorrendo não somente, Ver. Oliboni, na questão da saúde, mas também nas escolas do Município de Porto Alegre, onde as empresas que prestam serviço têm atrasado o vale-refeição, o vale-transporte e têm conseguido honrar o salário dos seus servidores, porque têm buscado empréstimos e garantias bancárias. Isso ocorre porque a Prefeitura tem usado – eu estava conversando com o Ver. João Bosco – uma lei que nós aprovamos aqui nesta Casa, que diz que as cooperativas de trabalho têm que ter uma gordura, pode-se falar assim, em caixa para suportar por 90 dias os contratos. Nós estamos falando de contratos de R\$ 80 mil, de R\$ 100 mil, de R\$ 150 mil. Agora, de empresas que levam comida, refeição nos hospitais de Porto Alegre, nas UPAs de Porto Alegre, de empresas que cuidam da limpeza dos postos de saúde, da limpeza dos nossos

hospitais em Porto Alegre, de empresas que levam a merenda escolar no nosso Município de Porto Alegre, estamos falando de contratos de R\$ 3 a R\$ 4 milhões. Não tem como uma empresa suportar isso no momento atual por 120 dias. A prefeitura se baseia em uma decisão judicial que diz que tem que pagar o salário dos funcionários do Município. Ele questiona que essa política de terceirizar os serviços não coloca os servidores dessas empresas como funcionários do Município. Eles estão lá para limpar os postos de saúde, limpar as escolas, estão lá para fazer a merenda dos trabalhadores, estão lá para fazer a merenda dos nossos estudantes, estão lá para atender as pessoas doentes, que necessitam de uma refeição nos nossos hospitais, nas nossas UPAs. Então, acho que a prefeitura, a Fazenda do Município – não é nem a prefeitura, são os técnicos da Fazenda do Município – não pensam na população quando levam essas empresas por uma lei, volto a insistir, que aprovamos aqui, que fala em cooperativas, não fala nesses contratos grandes.

Outra questão que quero falar aqui é sobre o momento em que o Brasil vive, o momento em que nós vivemos no Brasil, no Estado. Ontem eu vi, nas redes sociais, alguns deputados que há pouco tempo já defendiam algumas políticas no nosso Estado, no Congresso Nacional, dizerem que agora mudaram, que não vão mais defender... Isso é brincadeira, eu acredito! Isso é continuar o 3º turno das eleições! Eu acho que são políticas que eram defendidas, políticas que, de uma hora para outra, pararam de ser defendidas. Eu acho que temos que botar a bola no meio do campo, acho que temos que zerar esse jogo e pensar nos milhões de pessoas que estão desempregadas, acho que temos que pensar na situação em que se encontra o nosso Estado, temos que pensar na situação em que se encontra o nosso País, e olhar para frente. Não existem vitoriosos e derrotados; o que existe são milhares de pessoas esperando uma chance de arrumar emprego, o que existe são milhares de pessoas esperando oportunidade de conseguir realizar uma cirurgia, o que existe são milhares de pessoas esperando medicamentos; o que existe é uma expectativa de melhorar a vida das pessoas. Por isso, nós temos que acabar com a possibilidade de termos um 3º turno. Eu acho que as pessoas foram às urnas e fizeram as suas escolhas, errada ou não, depende do ponto de vista de cada um. Agora, fizeram as suas escolhas, e essas escolhas, num País democrático, têm que ser respeitadas até daqui a quatro anos quando houver nova eleição. E até lá, nós não podemos dizer que agora vamos votar contrários aos projetos que nós achávamos interessantes até essa eleição, dizer que agora não é importante tal recurso, não é importante tal política, porque o nosso partido perdeu as eleições. Eu acho que nós temos que cobrar dos governantes os compromissos assumidos nesse processo eleitoral, cobrar principalmente postura dos partidos políticos que estiverem nos governos, dizendo que tal medida tinha que ser feita e, agora, tal medida tem que ser feita. Seria isso, Sra. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o assunto que venho tratar nesta tribuna é delicado, mas é um assunto que interessa a todos nós, do conjunto desta Casa, que é em relação ao acordo de Mesa que tem para os quatro anos, que foi firmado lá atrás. E é inadmissível, e até inacreditável, que ocorra influência externa para tentar definir quem vai para a Mesa e quem vai presidir a Casa. A bancada do MDB foi muito firme, parabéns, em manter o Ver. Valter Nagelstein para ser Presidente, e havia influência externa para que ele não fosse o Presidente. Dias atrás, aconteceu outro episódio de influência externa aqui: ligaram para um vereador pedindo que expulsasse um outro colega do partido porque se posicionava contra o que estava sendo discutido aqui. E agora eu sinto no ar uma tentativa de não deixar a Ver.^a Mônica ser a Presidente no ano que vem. Eu peço à bancada do PP que o acordo que foi assinado seja mantido. Tentativa externa! Quem quiser escolher Presidente e não está aqui tem que se eleger vereador e vir para cá, então, assina, participa, discute. Influência externa aqui, na escolha da Mesa, nós não vamos aceitar! Eu sei que foi difícil para a bancada do MDB internamente essa situação, a bancada foi justa, a bancada foi firme, foi forte, de acordo com a qualidade e a competência de cada um dos vereadores que o MDB tem. Foi cumprido, e o Ver. Cecchim não foi Presidente porque não quis, porque era para ser o Presidente! E foi tentado, de fora para dentro, influir na escolha. Vou repetir: essa mesma pessoa que, por enquanto eu vou manter em sigilo, ligou para um vereador pedindo: “Tem que expulsar o vereador do teu partido porque ele só vota contra o governo”. E agora sou pego de surpresa que há um movimento no ar...

Bom, Ver.^a Mônica, eu quero dizer para V. Exa. o seguinte: nós temos 19 votos aqui. Quem quiser botar outra chapa que possa botar. Nós, os 18, mais o seu voto, vamos votar na senhora, porque foi feito um acordo aqui nesta Mesa, foi feito um acordo nesta Casa, e isso aqui tem que ser cumprido! Eu estou aqui há 20 anos, nunca quis ser Presidente – já em três oportunidades –, nunca quis ser e nunca vou ser, por motivos pessoais, valores meus, escolhas minhas. Agora, o que eu assino, eu cumpro. E quem convive comigo sabe disso, eu cumpro. Então, quem assinou, quem se comprometeu, quem está ali naquele documento que o Ver. Cassio, com competência, elaborou, o Ver. Dr. Thiago, o Ver. Janta, o Ver. Pujol e outros Vereadores, construíram... Então, quem quer escolher o Presidente da Câmara que se eleja vereador e venha discutir e participar aqui conosco. Quero deixar no ar essa questão para que possamos fazer um exercício e refletir sobre essa situação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, colegas vereadoras, vereadores, em nome da bancada de oposição, PSOL e PT, tenho a honra de aqui me pronunciar. Primeiro, ao chegar aqui, ouvir esse ti-ti-ti de bastidores,

Ver. Roberto Robaina, sobre antecipar votação de Mesa, possível golpe, etc. e tal. Nossa, como tem se falado em golpe ultimamente, não é? Agora, o golpe é dentro da Câmara? Afinal de contas, quem assinou tem que se explicar o que estão fazendo, o que estão pensando. Eu posso falar em nome da oposição: nos deixaram fora! Eles nos deixaram fora não só da Mesa, mas também das comissões. Agora, não venham com conversa ou cobrança para cima de nós! Se quiserem discutir essa questão, vamos discutir tudo pela democracia da Câmara! Quando não se obedece a democracia, dá esse tipo de furdunço, dá esse tipo de esculhambação, um passando a rasteira no outro. A Câmara deveria preservar o que era a sua tradição, fazer uma divisão equânime dos cargos, com a participação da situação, da oposição, com quem está na direita, na esquerda, no centro. Isto aqui é representação democrática da Cidade! Isto aqui não é lambança! Aqui nós temos que saber o que cada um faz e o que representa, que assuma as suas responsabilidades. Nós assumimos as nossas. Nós estamos nas comissões sem ter cargos nas comissões, somos presentes nas comissões, somos presentes no plenário. Misturaram assessorias importantes, houve momentos em que tivemos que implorar, batalhar, sapatear para poder ter um assessor aqui dentro do plenário, e as outras bancadas tinham um, dois, três aqui, até que se viu o caos que se instalou aqui dentro.

Agora vêm discutir que querem tirar o que foi acordado, de ser a Ver.^a Mônica na próxima gestão. Estranho, não é? Muito estranho. Nós não podemos ter presidências autoritárias, respondendo por si e só por si. Nós temos que ter presidência responsável por toda a Casa. É isso que nós queremos, nós queremos uma Mesa que olhe para os 36 vereadores, que verifique como está funcionando a Casa, não ficar olhando para o seu interesse de fazer uma obra aqui, outra acolá, para ter seu nome gravado na história da Câmara, como se isso fosse uma coisa essencial. Tem que ter seu nome gravado na história, na defesa do povo de Porto Alegre e não intramuros! Não intramuros, porque muitos discursos aqui, Samir, meu colega que agora vem engrandecer a nossa bancada, não se ouve necessariamente lá fora, nós temos que estar nas ruas escutando a população, porque nós estamos vendo a Cidade sendo detonada, nós estamos vendo – vai cair na cabeça das pessoas – o telhado do Terminal Triângulo. Esse é o debate. Nós, na CCJ, vamos debater, na terça-feira, a Lei Geral dos Táxis, que não está sendo cumprida pela administração pública municipal. Nós estamos verificando e vamos verificar nessa comissão que o Camozzato propôs, além de verificarmos as leis aprovadas, vamos verificar também as leis importantes que foram sancionadas pelo prefeito, mas não foram colocadas em prática. Essas são as questões que contam.

Eu fico orgulhoso quando ando na orla e posso ver uma orla revitalizada, mas eu fico com uma dor no peito quando eu adentro o bairro Anchieta, na entrada da cidade, onde não dá para passar, é só buraco. Só buracos! As pessoas começam a escrever: “O que é que faço? Arrebentei um pneu, gastei mil reais!” Eu estou fazendo um passo a passo para que as pessoas possam usar a Câmara de Conciliação e Mediação da prefeitura, que existe há dois anos, para serem ressarcidas dos seus prejuízos. Nós temos que debater, sim, a qualidade do asfalto de Porto Alegre. Eu fui atrás de especialistas, eu falei com professores universitários e o asfalto de Porto Alegre é muito

ruim. Nós queremos discutir por que isso está acontecendo, por que não se usam as técnicas adequadas, por que se deixa chover nos buracos interminavelmente, fazendo fluir a água por todos os buracos e depois não há como manter a sua arrumação.

Meus colegas e minhas colegas, é um momento grave por que passa a Nação brasileira, está em disputa o destino da Nação, está em disputa a democracia, está em disputa o Estado Democrático de Direito, e aqui se fica discutindo quem vai dar o golpe, quem não vai dar o golpe na presidência da Câmara ou na Mesa Diretora. Que vergonha para esta Câmara! Que baixaria para esta Câmara ficar preocupada com os cargos da Câmara e se esse ou aquele respeita ou não respeita o que pensa o prefeito municipal. Mas não é o prefeito municipal, não é o secretário, não é um partido que vai aqui pedir para expulsar esse ou aquele vereador. Espero que aqui a grandeza prevaleça, que aqui se discutam as grandes questões da cidade, que aqui se cuide de Porto Alegre pela dignidade das pessoas, pela democracia! Viva, Porto Alegre! Uma Porto Alegre inclusiva e não exclusora.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, subo a esta tribuna com um certo grau de perplexão, de tristeza, de preocupação e de temor até. Eu tenho dois filhos que estudam no colégio Marista Rosário, onde na segunda-feira nós começamos a presenciar pelas redes sociais, e nós, que somos pais com filhos naquele colégio, começamos a acompanhar com altíssimo grau de perplexão o nível de conflito travestido de liberdade de expressão que entrou naquela escola. Um dia depois da eleição, nós temos uma manifestação de crianças manipuladas por diversos adultos tida como manifestação de resistência ou de repúdio à própria democracia, porque nós tivemos uma eleição democrática, um presidente eleito com quase 60%, e o que está se ensinando para essas crianças, Ver. Mario Manfro, que aqui da galeria nos honra com sua presença? O que nós estamos ensinando a essas crianças? Aversão à democracia, intolerância ao diferente, repulsa ao voto livre e soberano, escárnio nas instituições? O que é que nós estamos ensinando a essas crianças? E nesse episódio, Presidente, o colégio Marista Rosário tem um pátio interno com as salas de aula em quatro andares, as crianças que botaram roupas verdes e amarelas eram coibidas pela coordenação do colégio, enquanto aquelas que também não usavam uniforme e estavam participando do protesto eram protegidas pela escola. Não há como se concluir que aquilo foi uma ação espontânea das crianças, que aquele tenha sido um movimento absolutamente natural daquelas crianças e adolescentes. Não há como se concluir isso, como não há de se concluir que, no dia seguinte, o ato não tenha sido pensado, o ato de repulsa; e, na terça-feira, ontem, nós tivemos uma manifestação já a favor, em prol do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro.

Bom, eu sou eleitor do Bolsonaro, fiz campanha para ele, isso é notório, mas eu quero deixar aqui o meu registro, o meu protesto, a minha repugnância ao que aconteceu na escola, porque nós temos, Srs. Vereadores, colegas da esquerda, inclusive nós temos que construir a paz social no Brasil. A escola não deve ser lugar de conflito, mas deve ser lugar, sim, de diálogo, deve ser o lugar onde as pessoas aprendem a ser cidadãs. Mas esse conflito, esse ódio político que se instalou no Brasil não deveria entrar na escola. Aliás, a escola deveria estar imune a ele. O que se tinha de ensinar a essas crianças, na segunda, na terça e na quarta, é a solidariedade, a paz social, o patriotismo, os valores da democracia. Nós vimos, ontem, uma menina, que deve ter uns 12 ou 13 anos, pela imagem que vi, que vai à manifestação em prol de Bolsonaro, invade a manifestação, furta uma camisa e a joga no lixo. Se uma daquelas outras crianças tivesse uma ação violenta, quem vai se responsabilizar por esses filhos que estão na escola para aprender e que são sugados para esse conflito social, que não é um conflito das crianças, é um conflito dos adultos? Quem vai se responsabilizar pelos nossos filhos, se esse nível de ódio político levar para dentro da escola a agressão física? Colegas vereadores, não vivemos uma crise meramente ética, não é uma crise meramente política, não é uma crise meramente financeira, o que nós vivemos no Brasil, hoje, é uma crise de racionalidade. Tudo está fora do lugar, e nós precisamos que todos os homens de boa vontade deste País ajudem a colocar o País nos trilhos, no caminho da concórdia política, pois, sem ela, não se realiza o bem comum. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mônica, vereadores e vereadoras, público que nos assiste, nós estamos aqui na Câmara Municipal e evidentemente que as grandes decisões, inclusive sobre os destinos de Porto Alegre, são as decisões que vão ser tomadas e o resultado da luta política no âmbito nacional. Nós, do PSOL, particularmente do PSOL do Rio Grande do Sul, temos imenso orgulho de ter uma representante nossa, que sai aqui da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, para nos representar na Câmara Federal. E para o público que está nos assistindo, não tenham dúvida, quem votou na Fernanda ou quem não votou, não tenham dúvida, a Fernanda vai fazer imensa diferença no Congresso Nacional. Vai fazer falta aqui, mas o importante é que vai fazer a diferença no Congresso Nacional, junto com os nossos nove deputados federais, mulheres, a Sâmia, que foi eleita com 240 mil votos em São Paulo... A Fernanda, a Sâmia, a Talíria, várias lideranças eleitas deputadas federais do PSOL, são expressões do que temos chamado de primavera feminista, o empoderamento e a luta das mulheres. Aliás, foi o empoderamento e a luta das mulheres que produziu o fenômeno político mais importante em termos de mobilização de massas no 1º turno da eleição, que foi o movimento #EleNão. Teve um

processo eleitoral, teve o resultado, mas não sou daqueles que mudam ao sabor dos ventos. Nós, do PSOL, vamos continuar dizendo #EleNão, somos oposição ao presidente eleito e estamos, sim, preocupados com os destinos do País e com a política do presidente eleito. Não mudamos nossa opinião e não retiramos uma única palavra do que falamos no 1º e no 2º turno da eleição, e o 2º turno nos levou inclusive a fazer algo que eu não fazia há muitos anos. Quem conhece a minha trajetória sabe que eu saí do PT em 2004, fui fundador do PSOL em 2004, e votei no 13 nesta eleição por um critério democrático. Votei no 13 nesta eleição embora não tenha concordado com os governos que o PT fez, nem do ex-Presidente Lula, para não falar da ex-Presidente Dilma, e não concordamos com os governos do PT justamente porque o PT aceitou a mesma lógica política da política tradicional dos partidos representantes dos grandes grupos empresariais, dos latifundiários, das empreiteiras, que são os partidos que sempre governaram o País, e que o PT aceitou governar junto com eles, com o mesmo método deles, que foi o método da corrupção que revelou não apenas a cúpula do PT envolvida na corrupção, mas a cúpula do PT, da qual o atual Presidente eleito, Jair Bolsonaro, foi membro durante sete mandatos e não fez uma única denúncia sequer contra o PT, que é o partido que tem o maior número de envolvidos na Lava Jato. Então, teve resultado eleitoral? Teve! Esse resultado tem que ser estudado? Tem que ser estudado! Tem que ser respeitada a posição de milhões de pessoas pobres do nosso povo que no desespero votaram no Bolsonaro, não tenho a menor dúvida, mas foi desespero. O Samir, que agora assumiu como vereador do PT, por quem tenho muito respeito, e o saúdo aqui, disse: “Teve uma onda antipetista”. E eu te digo, Samir, eu acho que nesta onda antipetista teve um setor de extrema direita, mas teve também um setor do povo desesperado que se decepcionou com o PT, porque o PT governou com a mesma metodologia e com a política econômica que teve medidas compensatórias, mas que, na essência, manteve o modelo a favor dos grandes capitalistas. E nós não temos dúvida de que o destino do País depende, sobretudo, da capacidade do nosso povo de se organizar, de lutar, de se mobilizar. A juventude universitária tem dado exemplo. Deu exemplo no 2º turno, deu exemplo depois da eleição, enfrentou, inclusive, ações judiciais abusivas, que depois foram tão abusivas tentando impedir isso no 2º turno...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): ...as ações judiciais tentaram impedir que o movimento universitário fizesse a campanha contra o fascismo. Isso é uma aberração. A aberração foi tão grande, e a reação estudantil foi tão forte, que o Supremo Tribunal Federal teve que restabelecer a ordem, restabelecer o direito à autonomia universitária e o direito da livre expressão nas universidades brasileiras.

Então, nós estamos preocupados porque o Presidente eleito é um Presidente que tem sim posições fascistas, que defende a tortura, que defendeu o regime militar, que tem posições, sim, LGBTfóbicas, posições machistas, não é só a expressão de um

cenário nacional, há também um quadro internacional que explica essa situação, mas nós queremos deixar muito claro: nós seremos, sim, parte da resistência democrática e somos muito confiantes na força do nosso povo e na capacidade de luta que nós temos para defender os nossos direitos, os direitos do nosso povo – os direitos econômicos, os direitos sociais e os direitos democráticos –, isso a população pode saber. Contem conosco para essa luta, nós sabemos de que lado estamos e vamos construir, sim, uma alternativa política para debater os rumos do País e encaminhar um tipo de ordem onde os privilegiados de sempre deixem de ser privilegiados. Infelizmente, nós sabemos que não é esse o propósito do novo governo que foi eleito no País. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde colegas vereadores e vereadoras, seja bem-vindo o novo vereador que eu tive a honra de empossar no dia de ontem. Escutei atentamente a fala de todos os vereadores, mas em especial a fala do meu colega, Ver. Professor Wambert, e comungo da sua preocupação, de uma forma muito clara e muito objetiva. Em que pese a instituição citada pelo senhor – o Colégio Rosário – emitir uma nota de esclarecimento sobre as manifestações, com registro de que foram espontâneas e voluntárias, eu creio que é uma temeridade o ocorrido, pois é dever da família, é dever do Estado assegurar a efetivação dos direitos referentes à vida, à educação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, que têm por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, preparando para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme o art. 4º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e o art. 2º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Muito preocupada fiquei com as manifestações das crianças. Precisamos, sim, registrar que são crianças em formação, e, normalmente, a gente orienta; os mais velhos têm a obrigação de orientar e não de incitar ou deixar que se levem por algumas colocações equivocadas. Por isso, dentro da minha competência de vereadora, entrei com um ofício solicitando que esta seja uma pauta, Ver.^a Comandante Nádia, que preside a CEDECONDH, e que nós façamos uma reunião conjunta com a Comissão de Educação, a CECE, que o Ver. Tarciso Flecha Negra preside. É nosso dever, como cidadãos, como vereadores, como pessoas preocupadas com o desenvolvimento das nossas crianças, fazer com que, em colégios e instituições, não ocorra de maneira nenhuma um equívoco dessa grandeza.

Eu chegava a um evento ontem à tardinha, no Comando-Geral do Exército, Região Sul, na Rua dos Andradas, quando um general me abraçou e registrou, imediatamente: “Cheguei preocupado, encontrei com um grupo de jovens adolescentes

vestindo camisetas pretas, saindo do Colégio Rosário e gritando ‘somos da resistência!’”. Será que essas crianças sabem o que estão fazendo? É dever de um educador colocar sempre os dois lados, a história das duas maneiras. Isso, inclusive, é princípio básico do jornalismo.

Eu quero aproveitar, Ver. Robaina, e fazer um registro sobre a sua fala. Quando o senhor diz que muitas pessoas encontram-se preocupadas com o Presidente eleito, dando a ele uma série de características que eu não vou, de forma alguma, falar aqui, porque acho equivocadas também, eu quero lhe dizer que quem não votou no outro candidato a presidente, quem foi contra toda a campanha do outro candidato a presidente, que representava o primeiro e único presidente preso por desvios de dinheiro, por corrupção, é o mesmo povo que, cansado da falta de ética, da corrupção, dos desmandos, votou em Jair Bolsonaro, e, por uma única razão, por querer um presidente decente, sério, com rigor no dinheiro público. O povo que hoje está aí, que não tem educação, que não tem segurança, que não tem saúde, viu esses valores, esse dinheiro público sair para fins completamente ilegais. Então, eu me manifesto aqui dando apoio à fala do Ver. Professor Wambert, que tem filhos no Colégio Rosário, e sei também que a Ver.^a Nádia, que comanda a CEDECONDH, comunga desse nosso pensamento, e nós vamos juntos trabalhar essa questão que preocupa a todos os pais, mães, avós, tios, onde nossas crianças passam grande parte do dia. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar nos períodos de Pauta Especial e Pauta. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

4ª SESSÃO

PROC. Nº 1302/18 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 010/18, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2019. **Com Emendas nºs 01 a 15.**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0841/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 078/18, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que revoga a Lei nº 1.180, de 16 de dezembro de 1953 – que estabelece a obrigatoriedade de “recantos infantis” em edifícios de apartamentos residenciais.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h43min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2780/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 046/17, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que altera os limites das Subunidades 1 e 3 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 48 da Macrozona (MZ) 8, cria e institui como Área Especial de Interesse Social (AEIS) III a Subunidade 5 na UEU 48 da MZ 8 e define-lhe regime urbanístico.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 28-02-18 por força do art. 81 da LOM;
- adiada a discussão por três Sessões em 17-10-18;

- discutiu a matéria o Vereador Cassio Trogildo, e o Vereador Paulo Brum cedeu para Cassio Trogildo.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLCL nº 046/17. (Pausa.). O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu já vou fazer uma sugestão para a futura presidente desta Casa: quando nós tivermos projetos de lei que toquem na mudança de regime, que se disponibilize o mapa, para a gente poder mostrar para as pessoas, porque é muito difícil. Eu estive verificando aqui, é um mapa em preto e branco, sem as devidas anotações das ruas limítrofes, fica muito difícil discutir essa questão.

Então, eu vou partir para a questão mais geral, já que eu não vou poder mostrar exatamente. Nós estamos tratando numa região na Av. Edgar Pires de Castro, uma divisa também com a Estrada Francisca de Oliveira Vieira, ou seja, um trecho em direção ao Lami. (Mostra mapa.) Para esse lado aqui, fica a Ponta Grossa; para esse lado, fica o Lami; para frente, o Campo Novo, para que as senhoras e os senhores possam se colocar a par da questão.

Eu acho que nós vivemos um momento de virar o mundo de ponta-cabeça. No ano que vem, nós teremos uma comissão especial do Plano Diretor. Na verdade, nós deveríamos ter colocado essa comissão especial este ano, mas o Ver. Valter resolveu não abrir a comissão. Eu tenho certeza de que, em fevereiro, nós teremos a comissão especial do Plano Diretor. Nós estamos tratando aqui de uma região fundamental da nossa Cidade. Nessa zona, nós vamos ter duas áreas de preservação permanente, um corredor ecológico. Nós estamos tratando de uma importante área da Cidade, que precisamos pensar em preservar. Se nós continuarmos nesse ritmo, Ver. Cassiá Carpes, de transformar grandes áreas em possíveis pequenos lotes, mesmo que sejam para habitação, nós temos que nos perguntar por que e por que razão. Eu faço aqui, de peito aberto, uma autocrítica, meu Líder, Ver. Oliboni. Nós não discutimos, como deveríamos discutir com a Cidade, a entrada da Cidade. O meu partido, já disse, fiz gravação no Santa Terezinha, errou ao fazer casinhas na entrada da Cidade, quando poderíamos ter condomínios verticalizados, não só ali, mas também na entrada da Cidade. Mas os partidos de esquerda, de centro e de direita, em se tratando de habitação popular, são todos iguais. Por isso tenho uma peleia com alguns urbanistas do meu partido, do PT, que não entenderam isso até hoje. Por isso que, em outros momentos, o meu partido tem que se confrontar com uma proposição como esta do meu querido amigo Ver. Pujol. Este projeto não pode vingar, porque ele vai, na verdade, trazer malefícios para a região. É uma região que nós temos que preservar, é uma região onde possamos ainda ter um pouco mais de verde e menos habitações. Se nós formos hoje na Av. Edgar Pires de Castro – Ver. Mauro Zacher, V. Exa. que, inclusive, encaminhou, pelo que me lembro, a ampliação dessa avenida e o financiamento ficou pendurado em nível federal –, na entrada da Restinga até o Beco do Schneider, de manhã, está tudo paralisado. A Av. Edgar Pires de Castro tem que ser ampliada. Queria falar isso para o Ver. Paulinho

Motorista, porque é perto da região onde ele mora. Nós não podemos aceitar, nós não vamos aceitar, nós vamos votar contrariamente a este projeto, e vou militar aqui no plenário contra este projeto. É um equívoco o que estamos fazendo, e já foram feitos gravíssimos equívocos em Porto Alegre, porque estamos assaltando a zona Sul. Não tem mais como circular! Não tem mais como circular! Está tudo trancado! Eu nem vou falar aqui de outras avenidas importantes que deveriam ser ampliadas, como a Av. João Salomoni, como outras tantas para chegar na Zona Sul. A Av. Edgar Pires de Castro está intransitável, e nós queremos enfiar mais gente, pipocar áreas de terras importantes, onde tem verde, onde tem área de preservação, onde tem corredor. Por isso, eu me coloco radicalmente contra a aprovação deste projeto de lei. Não pode passar! No ano que vem tem Plano Diretor, dentro do Plano Diretor nós vamos discutir, nós vamos ousar, nós vamos fazer uma Cidade para as pessoas. Os partidos políticos têm que repensar o urbanismo, não podem ficar repetindo baboseira que, muitas vezes, vêm, inclusive, da academia, por falsos radicalismos, mas que não dialoga com a realidade das pessoas. A realidade das pessoas, Sgarbossa, é dura, duríssima, elas precisam morar, e não necessariamente numa casinha, mas numa edificação com infraestrutura, com escolas próximas, e não destruindo a natureza. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro a presença do ex-vereador Mario Manfro. Seja muito bem-vindo a esta Casa.

Aprego Emenda nº 01, de autoria dos vereadores Prof. Alex Fraga e Fernanda Melchionna, ao PLCL nº 046/17.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCL nº 046/17.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores; público que nos assiste pela TVCâmara; vereadores; Ver.^a Mônica Leal, presidindo a nossa sessão. O projeto que estamos discutindo neste momento trata de uma alteração no Plano Diretor da nossa Cidade, permitindo que, onde atualmente é zona rural, sejam construídas habitações. Quando a empresa construtora adquire essa área, ela a adquire a um preço modesto, a um valor baixo, porque a zona rural ou a zona de baixo adensamento é uma zona que, pela lei, pelo Plano Diretor vigente, tem limitações grandes de construção. Esse projeto visa alterar o plano, permitindo então a construção de habitações; transforma o que era zona rural e um corredor agroecológico justamente em uma zona residencial e comercial.

Eis a questão, senhoras e senhores: as duas áreas que estão sendo transformadas, a primeira delas, a que tem maior extensão territorial, atualmente, tem um índice de aproveitamento de 0,1, ou seja, a metragem quadrada do terreno multiplicada por 0,1 é a possibilidade de construção de imóveis, de residências, de empreendimentos. O projeto está aumentando esse índice de aproveitamento de 0,1 para 1,3, ou seja, multiplicaria a metragem do terreno por 1,3 ao invés de 0,1. Eis que índices construtivos são vendidos pela prefeitura de Porto Alegre. O empreendedor comprou

esse terreno sabendo que era de baixo adensamento, por isso pagou um preço baixo; sabendo disso, vem esse projeto até a Câmara para aumentar o índice construtivo de 0,1 para 1,3; o prefeito desta Cidade se queixa, desde o início da sua gestão, que a nossa Cidade encontra-se com problemas graves de caixa. Por que esta Câmara de Vereadores precisa dar índices construtivos de graça para empreendedoras, para construtoras? Isso não é justo. A economia que eles fizeram ao comprar um preço por um valor baixo de mercado porque era região de fazenda, de chácara, de sítio e não região para construção de condomínio, agora está sendo transformada. O que esta Câmara de Vereadores está prestes a votar é justamente garantir majoração dos lucros das empresas de construção no Município de Porto Alegre. Parece, senhoras e senhores, que os escândalos com as construtoras que Brasil vivenciou até pouco tempo atrás não serviram de aprendizagem para os parlamentos brasileiros. É esse tipo de negociação que faz estas empresas abocanharem dinheiro que deveria ser público. A prefeitura poderia fazer caixa, capitalizar, investir em nossa Cidade, através de pavimentação de ruas, duplicação de avenidas, como a própria Av. Edgar Pires de Castro – há décadas a população pede a sua ampliação, a sua duplicação, mas a resposta é sempre que não tem dinheiro. Por que não vender os índices para construtora e capitalizar para ampliar a malha viária? Por conta disso, eu e a Ver.^a Fernanda Melchionna, nossa líder do PSOL, assinamos uma emenda, pedindo a retirada do inc. III do *caput* do art. 3º do PLCL nº 046/17, que concede o aumento do índice de aproveitamento. Mantemos todo o restante do projeto, número de habitações, toda a estrutura foi mantida, mas retiramos o inciso que aumenta o índice construtivo. Se quiser construir a mais, que compre, que pague, que devolva os recursos para a nossa Cidade. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCL nº 046/17.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e a todas. Há pouco, eu estava falando da lei que tramita aqui do mobiliário urbano, com a advogada Marcele. Quando nós tentamos votar aqui projetos ligados ao mobiliário urbano, o Ver. André Carús me pediu que segurássemos o projeto porque seria criada uma comissão, a qual analisaria as várias questões que envolvem o mobiliário urbano. E eu entendi que era um pedido razoável, porque se faria uma discussão muito maior, e, portanto, poderíamos incluir os projetos de nossa autoria que tratavam do mobiliário urbano nessas discussões. E eu quero trazer aqui, Ver. Reginaldo Pujol, o mesmo tema. Nós estamos em 2018, e, no ano que vem, será o ano da discussão da segunda lei mais importante da cidade de Porto Alegre depois da Lei Orgânica, que é a Lei do Plano Diretor. É o Plano Diretor da Cidade que estabelece como ela se movimenta, como se ocupa, de que forma, onde se preserva, onde as pessoas vivem, enfim, as várias questões que traz o Plano Diretor de uma cidade. Então, Ver. Reginaldo Pujol, ao invés de ficarmos tratando ponto por ponto de questões que tratam de alterações do Plano

Diretor da Cidade, parece-me muito mais eficaz aguardamos o ano que vem, onde teremos a revisão do Plano Diretor, para tratarmos, inclusive, de um projeto como esse. Nesse projeto, não preciso aqui repetir, pois as palavras do Ver. Prof. Alex Fraga e do Ver. Adeli Sell me contemplaram 100%...

Vereador Reginaldo Pujol (DEM): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, eu vejo a forma inteligente como V. Exa. está abordando, sustentando uma tese geral pela qual não tenho restrição. Mas o que está colocado no projeto é aquilo que, na revisão do Plano Diretor, há alguns anos já foi colocado. Essa área é considerada área de ocupação intensiva, a lei da área rural exclui formalmente a área desse bairro de Porto Alegre, então não é uma novidade que nós estejamos fazendo isso. Nós estamos reproduzindo algo que foi colocado na lei há 12 anos e que, pelo ângulo, o governo encaminhou sem fazer audiência prévia, e, por isso, foi declarado inconstitucional, e agora volta nos termos do que foi aprovado há 12 anos.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Perfeito. Pois então, vereador, o senhor acaba reforçando a minha tese. Ninguém, há 12 anos, nem técnicos, ninguém – pelo menos eu não escutei, se alguém falou gostaria que me mostrassem a data –, diria que, em 2018, nós teríamos um milhão de veículos automotores na Cidade. No início dos anos 2000, nós tínhamos 250 mil aproximadamente; hoje passamos de um milhão. Nem falo dos veículos que vêm da Região Metropolitana, aplicativos, etc. Portanto essa ideia de expandirmos as moradias, gerarmos distâncias prometendo às pessoas que chegarão com seu automóvel da Zona Sul ao Centro de Porto Alegre, em 10 ou 15 minutos, rodoviarizando a Cidade, é uma ideia falida tecnicamente. Então ampliar residências e prometer às pessoas que morar na Zona Sul é conseguir depois chegar com seu automóvel no Centro da Cidade, faliu. Faliu! E este é um projeto que vai nesse sentido, porque ele cria distâncias e gera mais moradias para a Zona Sul de Porto Alegre. Então, faço isso para dizer, justamente, que é o momento oportuno de esperarmos o Plano Diretor do ano que vem para votar, talvez este projeto tenha razão, mas não às vésperas de votarmos o Plano Diretor da Cidade, por isso votaremos contrariamente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o PLCL nº 046/17. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu agradeço à Ver.^a Fernanda Melchionna, nossa líder, pela possibilidade de encaminhar em nome do nosso partido, o PSOL, e ao Ver. Roberto Robaina. Eu já expliquei anteriormente uma parte da minha intenção de protocolar a Emenda nº 01, que será votada logo após os encaminhamentos. Essa Emenda nº 01, Ver. Dr. Goulart, visa a

retirar do texto da lei o aumento dos índices de aproveitamento do projeto de lei, obrigando a construtora que compra da prefeitura a adquirir índices para construir. Ou seja, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre não dará de presente esse brinde, esses milhões de reais que as empresas de construção precisarão adquirir da prefeitura. Peço àqueles vereadores que têm apreço à nossa Cidade e que se sensibilizam com a fala do prefeito Nelson Marchezan Júnior, ocupante do Paço Municipal, de que o caixa da prefeitura está com problemas, que nós não temos dinheiro, que ajudem a nossa Cidade a reverter um pouco dessa condição financeira tão ruim. A aprovação da emenda retira a concessão dos índices de aproveitamento, e aí a empresa pode adquiri-los para empreender. O nosso partido vai votar contrariamente ao projeto, porque defendemos que a zona rural desta Cidade é uma zona de preservação da natureza, do clima de Porto Alegre. Quanto mais nós urbanizamos a Cidade, quanto mais pavimentamos, quanto mais concretamos e asfaltamos, piores são as incidências de fenômenos climáticos. Tempestades, explosões de vento, que têm se tornado muito frequentes em Porto Alegre, tendem a aumentar quanto mais nós pavimentamos e construímos na nossa Cidade.

Eu peço também que se apontem a destinação original desta área, que deveria servir para atividades relacionadas ao lazer e ao turismo, atividades vinculadas à produção primária extrativa, indústrias vinculadas à produção rural por propriedade, indústrias vinculadas à produção rural exceto agrotóxicos e fertilizantes, demais atividades de apoio agroindustrial, habitação e seus complementares, atividade extrativas, produtivas, complementares à dinâmicas de áreas de ocupação rarefeita. Com o projeto, nós temos então a modificação da finalidade dessa área para residencial, comércio varejista inócuo, comércio varejista com interferência ambiental nível I, serviços inócuos, podendo ser barbearia, cabeleireiro, ou seja, nós vamos levar a Cidade para dentro da zona rural. Nós teremos impacto, diminuiremos a área verde da Cidade, diminuiremos também a área de produção primária.

Nós, do PSOL, sempre defendemos a habitação popular, sabemos que uma parcela será destinada à parcela ao programa Minha Casa Minha Vida, de um a três, mas os riscos ambientais são enormes, e nós não vemos com bons olhos... Aliás, nós repudiamos o fornecimento de concessões financeiras para empresas de construção, nenhum de nós tem acordo ou comprometimento com essas entidades, com essas empresas, portanto não nos é benquista a concessão desse aumento de índices. E, se quiserem empreender, se quiserem construir, vão comprá-los, vão contribuir para os caixas do Município de Porto Alegre. Um grande abraço a todos. Espero ter esclarecido o nosso ponto de vista e a nossa defesa de uma cidade equilibrada, uma cidade que respeite o bolso do contribuinte, porque, se o empreendedor comprou uma zona de baixo adensamento, com a intenção de construir, este projeto está permitindo, gerando economia e não devolvendo aos cofres públicos o ressarcimento justo pelo tal fato. Um grande abraço a todos e esperamos, pelo menos, a aprovação da nossa Emenda nº 01, mas votaremos contra este projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 046/17.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara e das galerias da Câmara Municipal de Porto Alegre, eu já havia utilizado o tempo de discussão na sessão de segunda-feira para abordar este projeto e trouxe aqui alguns dados que eu quero repetir porque entendo de grande importância. Em especial ao Ver. Prof. Alex Fraga, que me antecedeu, quero dizer que na revisão do Plano Diretor de 2010 acho que nem V. Exa. e nem eu éramos vereadores ainda. A Ver.^a Fernanda Melchionna já era vereadora quando houve a revisão do Plano Diretor, a Lei Complementar nº 646, de outubro de 2010. Na Lei nº 646, que revisou o Plano Diretor vigente à época, que é de 1999, a área do Lageado já ficou excetuada da área de produção primária, porque na época não tinha zona rural, era a zona de produção primária do Município de Porto Alegre. Pois lá na revisão do Plano Diretor – e esta Câmara teve uma comissão especial que revisou o Plano Diretor –, esta Casa decidiu, em 2010, que lá no Lageado não seria zona de produção primária. Por quê? Porque já havia um adensamento lá na zona do Lageado; como existem outras inclusive que estão excetuadas, como o próprio Belém Novo. É a mesma coisa dizer que Belém Novo está dentro da zona rural e que agora tem que ter produção primária – a parte intensiva de Belém Novo.

Eu tenho uma visão de cidade de que nós devemos preservar, sim, e volto a dizer que tenho um projeto de lei, um PELO, que dificulta as alterações urbanísticas ou de índices e também de delimitação da zona rural de Porto Alegre. Vai alterar para 24 votos qualquer alteração. Por quê? Por que eu sou a favor da alteração da zona rural. Agora, aqui não tem invenção nenhuma, Ver. Prof. Alex. Nós estamos pegando uma zona que já é intensiva no Plano Diretor, Ver. Aldacir Oliboni, desde a revisão de 2010, a Lei nº 646, e estamos restabelecendo uma área especial de interesse social, que foi criada em 2010, através da Lei nº 663, de iniciativa do Executivo Municipal, que criou 28 áreas especiais de interesse social e que caiu na justiça por uma questão de formalidade. Não fizeram audiência pública. E, para alterar o Plano Diretor, tem que ter audiência pública. Pois, de lá para cá, nós tivemos o restabelecimento da zona rural, e aí, novamente, Ver. Moisés Barboza, quando veio a lei que restabeleceu a zona rural, propôs uma comissão especial aqui, e, de novo estava lá excetuando a área do Lageado. Por quê? Porque na revisão do plano ela já estava excetuada, Ver. Marcelo Sgarbossa, como uma zona intensiva fora da zona de produção primária. É só ir lá olhar o Lageado. É a mesma coisa que dizer que, logo passando a entrada da Restinga, do lado esquerdo da Av. Edgar Pires de Castro, do lado direito é zona rural de produção primária, está dentro da nossa zona restabelecida, e do lado esquerdo tem uma porção de empreendimentos. Ah, porque está colado tem que ter a mesma finalidade! Não, não tem que ter a mesma finalidade. Pois, quando fizemos a restituição da zona rural de Porto Alegre, esta área ficou mantida, porque já estava na revisão do Plano Diretor.

Quanto à questão do aproveitamento dos índices, Ver. Prof. Alex Fraga, isso aqui é para dar moradia para pobre. Serão 510 unidades de zero a três. Se não der o aproveitamento de índice, Ver. José Freitas, não tem capacidade econômica para desenvolver o projeto. Nas outras unidades é de três a seis ou um e meio, que é a faixa vigente do Minha Casa, Minha Vida! Não é para rico. E, se não tiver aproveitamento de índice, não cabe no modelo econômico, Ver. Idenir Cecchim, para poder vender imóveis para gente que ganha até três salários mínimos ou até seis salários mínimos, para as pessoas poderem residir. Então é lógico que, se aprovarmos as emendas que retiram o aproveitamento dos índices, não precisa projeto; aí, dentro daquela área intensiva, não poderemos ter esse impedimento. E fica aqui uma boa provocação, Ver. Elizandro Sabino: nós teremos a revisão do Plano Diretor, acredito que deva vir uma proposta no ano que vem, e talvez nós possamos rediscutir a Cidade. A nossa zona rarefeita, na minha opinião, é muito grande, muito extrema. No Campo Novo, já temos zona rarefeita. Para onde a Cidade vai se expandir? E se virar tudo intensiva, numa mudança do Plano Diretor, aí, sim, vamos estar privilegiando o dono daquelas áreas e o capital especulativo. Agora, pontualmente, acho que dever ser a forma de fazermos o encaminhamento do Plano Diretor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 046/17.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, escutei, atentamente, a preocupação do Ver. Alex, que é válida. Escutei o Ver. Adeli Sell e, agora, o Ver. Cassio Trogildo, que trouxe, de uma forma didática, o que vai acontecer com este projeto. Eu queria fazer aqui um elogio a um colega nosso, o Ver. Comassetto. O Ver. Comassetto, preocupado com as pessoas que ganham pouco, conseguiu fazer uma cooperativa e construiu, no lado desse local, mil apartamentos e, agora, constrói mais mil apartamentos. Então, queria fazer uma elogiou público aqui ao Ver. Comassetto, que, lá nessa área, está preocupado com aqueles que ganham pouco. E se ele tivesse que comprar índices, não teria como fazer. Ele está vendendo barato, os apartamentos que construiu lá, para pessoas que ganham pouco. E se nós não fizermos isso, vamos continuar com as pessoas em sub-habitações. Essas pessoas, que ganham de um a três salários mínimos, não têm como pagar um aluguel menor e não têm como comprar apartamento. Precisam ser subsidiadas de uma forma ou de outra. Então, eu me valho aqui do exemplo do Ver. Comassetto para dizer que eu também estou de acordo com este projeto em homenagem àqueles que ganham de um a três salários mínimos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01 ao PLCL nº 046/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**, 17 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCL nº 046/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Sra. Presidente, queria comunicar aos colegas vereadores que, por solicitação de V. Exa., na CEDECONDH, estamos combinados com a CECE, através do seu presidente, o Ver. Tarciso Flecha Negra, para, na próxima terça-feira, dia 6 de novembro, às 14h30min, neste plenário, realizar uma reunião das duas comissões a respeito das manifestações político-partidárias dentro das escolas públicas de Porto Alegre. Assim, ficam todos os colegas vereadores convidados; inclusive, se quiserem fazer alguma solicitação específica de algum órgão para ser convidado, nós aguardamos a solicitação até o início da tarde de amanhã. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, só para registrar que as minhas ausências justificadas, apregoadas na sessão de hoje, tratam-se de viagens que ocorrerão sem gastos de recursos desta Casa, nem de passagens, nem de diárias. Só para deixar registrado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Ricardo Gomes.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Moisés Barboza, à Emenda nº 02 ao PLCL nº 002/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 002/18 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação os Requerimentos de autoria do Ver. Moisés Barboza, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01, da Emenda nº 02, da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, e da Emenda nº 03 ao PLCL nº 002/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADOS**.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Moisés Barboza, ao PLCL nº 002/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLCL nº 002/18 à apreciação das Comissões,

para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0233/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 002/18, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que altera os §§ 5º e 12 do art. 4º, o *caput* e o § 1º do art. 9º e o § 1º do art. 15, inclui §§ 8º e 9º no art. 9º, §§ 9º e 10 no art. 11 e §§ 4º e 5º no art. 15, e revoga o § 9º, o § 10, o § 11 e seus incs. I e II, o § 13 e seus incs. I a IV e o § 14, todos do art. 4º, os §§ 1º, 2º e 3º, o § 4º e seus incs. I a IV, e os §§ 5º e 6º, todos do art. 6º, os incs. I a VIII do *caput* e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º, todos do art. 7º, e o inc. XI do § 1º do art. 20, todos na Lei Complementar nº 757, de 14 de janeiro de 2015 – que estabelece regras para a supressão, o transplante ou a poda de espécimes vegetais no Município de Porto Alegre, revoga os Decretos nºs 10.237, de 11 de março de 1992, 10.258, de 3 de abril de 1992, 15.418, de 20 de dezembro de 2006, 17.232, de 26 de agosto de 2011, 18.083, de 21 de novembro de 2012, e 18.305, de 28 de maio de 2013, e dá outras providências –, dispondo sobre a compensação, a supressão, o transplante e a poda de vegetais.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emendas nºs 01, 02 e 03 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01, 02 e 03.

Observações:

- com Emendas nºs 01, 02 e 03;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 11-06-18.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Em discussão o PLCL nº 002/18. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Eu estava dialogando, antes de subir à tribuna, com o Ver. Moisés. Na sessão passada, nós tivemos aqui um grupo de pessoas se manifestando contrariamente ao projeto de forma muito criativa, a Zoravia Bettiol é uma das pessoas que estava aqui, uma grande ativista histórica do Município de Porto Alegre. Muitas entidades ambientais não sabiam e estavam ainda aguardando a Câmara voltar a sua normalidade, depois da interferência indevida dos

pedidos de urgência dos projetos do prefeito Marchezan. E terminamos a sessão, na segunda-feira passada, com uma possível reunião, hoje, no gabinete do Ver. Moisés Barboza, com pessoas que estavam aqui. Mais cedo, perguntei para ele se a reunião aconteceria, mas ele também está na dúvida, porque não sabe se as pessoas virão. Mas o fato é que ficou pré-combinado, eu diria assim, com o próprio Ver. Moisés e com as pessoas que estavam aqui na segunda-feira passada para acompanhar a discussão e votação deste projeto, de que era importante ouvir outros lados, inclusive sugeriram uma reunião. Agora, subo aqui um pouco já constrangido, porque, se nós discutirmos e votarmos este projeto, novamente será aqui uma disputa; eu votarei contra, nós votaremos contra provavelmente, e haverá um levante das pessoas que são contrárias. Quero só lembrar que este projeto é o segundo projeto protocolado pelo vereador. O primeiro, como não teve audiência pública, uma ação judicial barrou a tramitação, e aí saiu a audiência pública e o Ver. Moisés optou por fazer um outro projeto, para não ficar, provavelmente, aquele maculado com essa decisão judicial que seguiu a sua tramitação. Estamos falando aqui de algo muito importante, muito complexo e que há um verdadeiro levante contrário ao projeto, inclusive, na audiência pública, ficou muito claro isso, tamanha a participação das pessoas que vieram aqui, se posicionaram, algumas a favor – tenho que reconhecer, é bom informar ao outro lado –, mas muitas pessoas contrárias. Ver. Oliboni, o Ver. Moisés está tomando a decisão de não pedir o adiamento, de uma certa forma ignorar essa reunião que talvez aconteceria hoje, no final da tarde, no seu gabinete – pelo menos foi isso que me avisaram, que seria no gabinete do Ver. Moisés. Se o projeto for aprovado, será mais uma fissura, digamos assim, na sociedade. As pessoas vieram aqui e disseram: “Vamos conversar”. Tentaram até marcar uma reunião, não sei se virão, mas era nesse pé em que estava há dois dias. Agora estamos entrando em discussão e votação do projeto. Então, eu gostaria de fazer o pedido aqui para o Ver. Moisés adiar a discussão, para fazer efetivamente essa reunião. Eu me comprometo a avisar outras pessoas que não estavam aqui na segunda-feira para participarem dessa reunião no seu gabinete, que é o autor do projeto, para não virar mais um clima de batalha em algo que é tão complexo e tão importante, inclusive, para a Cidade, como é a questão da arborização urbana. Então, fica o pedido, confiando na sensibilidade do Ver. Moisés Barboza. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLCL nº 002/18.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; eu não sei exatamente a decisão e o caminho que o autor do projeto vai tomar. Ver. Marcelo, esse negócio de levante, eu acho que é uma situação que a mim não preocupa e vou lhe dizer por quê.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Não, é que o senhor colocou que a sociedade vai se levantar. Os ecologistas, quando o prefeito Collares quis fazer a Av. Beira Rio, esse mesmo pessoal se deitou em frente às máquinas, para que não saísse a Av. Beira Rio. O que seria Porto Alegre hoje sem a Av. Beira Rio, para ir para a Zona Sul? O Giovani Gregol, do PT, na época, escalou a chaminé do Gasômetro! Era gordinho, ficou preso! Porque era ecologista, também contra! Recentemente, Ver. Marcelo, na duplicação da Av. Beira Rio, que ficou linda, maravilhosa, com seis pistas, não queriam que se cortassem três ou quatro árvores que nem eram nativas, foram plantadas ali, aquilo era rio, é um aterro. Agora todo mundo elogia a Av. Beira Rio. Aí o Fortunati resolveu recuperar a orla. O que é que aconteceu? Alguns ecologistas, de novo, disseram que não podia. Disseram que o Jaime Lerner não teria notório saber, olha só! O Jaime Lerner não teria notório saber. Destrataram o homem. Os mesmos que fizeram isso estão todos os domingos curtindo a orla: linda, maravilhosa, sol lindo. O Adeli é um que está ali, está me fazendo sinal de que vai. Agora, um restaurante maravilhoso... Então, tem que ter cuidado com isso, nós não podemos nos apegar a determinadas situações porque o movimento ecológico não aceita. Esse projeto que o Ver. Moisés apresenta aqui é para ajudar. Quem é que consegue aqui, levanta a mão... Quem é que pede para fazer uma poda de árvore para a SMAMS e consegue? Vamos lá, levanta a mão!

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Não, pedir todo mundo pede, eu quero é conseguir! Ninguém consegue. Faz cinco anos que o Freitas pediu. E mais: nem autorizam, é uma dificuldade para autorizar. O que o Ver. Moisés está querendo com este projeto é facilitar a vida da população, inclusive desaguar os nossos gabinetes, porque eu duvido que não tenha vereador aqui que não tenha recebido pedido: “Olha, a árvore vai cair em cima da minha casa”; “Olha, as raízes das árvores tomaram conta da calçada”; “Estão minando o edifício onde eu moro”. Eu entendo a luta dos ecologistas, eu também defendo o meio ambiente, agora, alguns projetos precisam ser tocados em frente, senão esta Cidade vai continuar atrasada. Os empresários não vão querer empreender, o empreendedor não vai querer empreender, porque tudo é uma dificuldade. Então, Ver. Moisés Barboza, eu não sei qual a sua posição em relação ao pedido feito pelo Ver. Marcelo Sgarbossa, mas eu fiz aqui um relato de todos os projetos que os ecologistas não quiseram e todos, hoje, são sucesso. Todos funcionando, principalmente a orla do Guaíba. Eles não querem também a revitalização do porto, porque não pode tirar as pombas de lá. Mas as pombas estão lá criando 50 tipos de doenças diferentes. Mas ir a Buenos Aires tomar um chope no Porto Madeiro, eles vão.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): V. Exa. permite um aparte?

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Vereador, quero lhe ouvir com todo o prazer.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): Ver. Bosco, obrigado pelo aparte. Na semana passada, esteve aqui o ex-vereador Beto Moesch, do PP, conversando com os demais vereadores colocando as suas dúvidas em relação ao projeto.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Vereador, tu és um homem que entende, mas um extremista ecológico.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 002/18.

VEREADOR IDENIR CECHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. João Bosco Vaz, parabéns pelo seu discurso, e até pela parte de extremistas. Cada um tem o seu, no meu partido eu tive, no ano passado, uma discussão com um ex-secretário, eu até fui um pouco deselegante com ele, mas pela sua tenacidade contra as coisas. Eu lembro daquele pessoal que se abraçou nas árvores quando foram fazer a avenida. A senhora estava lá, que vergonha. Abraçados nas árvores, para não cortarem. E agora tem muito mais árvores plantadas ali na orla, sem contar a beleza que está a orla. E a multidão de pessoas que vai à orla no final de semana. É isso que os ecologistas não querem; eles querem aparecer agarrados nas árvores, e não a população pobre lá, admirando o Guaíba. Eles querem deixar os maricás em toda a extensão do Guaíba, para a população que quer ver o pôr do sol, não poder ver. Eles são egoístas. Além de serem atrasados, são egoístas. Eu tenho certeza que este projeto, Ver. Moisés, chega em boa hora. Até chegou tarde, porque a população de Porto Alegre não aguenta mais fazer pedido de poda e de corte de árvores. A cada chuvarada, a cada ventinho de 40, 50km/h, tem árvore caindo em cima de casa e em cima de automóvel. Eu não vi um ecologista, desses que se abraça em árvores, ir lá na Redenção, por exemplo, para ajudar a podar aquelas árvores que caíram. Eu não vi um ecologista sequer fazer uma revisão nas árvores que estão morrendo na Cidade e dizendo: “Esta está morrendo, podemos cortar”. Não! Eles só vão onde dá notícia. Eles só vão à orla, só vão ao Cais do Porto, só vão a audiências públicas que sejam televisionadas, que deem notícia, porque eles vivem disso, eles vivem da desgraça, eles vivem do atraso. Quando melhora um pouco, eles somem. Vê se tem algum desses ecologistas ali na orla? Vê se tem algum deles gritando agora. Eles serão corridos da orla pela população mais pobre que aproveita. Serão corridos se forem lá. Então eles não vão. Eles só aparecem na hora boa para dizer não. “Não! Não! Não!” Sem argumentos, o único argumento que essa gente tem, é o atraso, o dizer “não”, pelo bel-prazer de dizer “não”, mas a população está acordada, a população acordou e não vai mais temer um radical desses, nem vai deixar passar em branco, sem ser, no mínimo, xingado. Eles não estão acostumados a ouvir uma oração de bom senso, não estão acostumados a ouvir argumentos, eles acham que só eles têm argumentos, mas argumentos de atraso estão ficando muito fáceis de combater. A população acordou

desse pesadelo de 20, 30, 40 anos que esse pessoal está enfrentando. E não vão mais ter trégua, não na baderna! As pessoas de bom senso não lutam na baderna, as pessoas de bom senso vão no argumento, no argumento! Então chegou a hora de quem quer se abraçar em árvore, quando é justo... Vocês lembram daquela árvore ali na frente da UFRGS? Lembram? Era justo! Até hoje a árvore está lá, todo mundo aplaudiu. Então, quando é justo, a população aplaude, mas quando é não, pelo simples fato de dizer não, a população está “por aqui, pela goela”, não aguenta mais e vai reagir de uma forma inteligente, com argumentos inteligentes e convincentes. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCL nº 002/18.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Obrigada, Presidente, Ver. Mauro Pinheiro. Colegas, quero ler para os senhores: “Árvore cai em cima de veículos e causa bloqueio na rua em Porto Alegre. Uma árvore de grande porte caiu e bloqueou a Rua Rafael Saadi, no bairro Menino Deus, em Porto Alegre, na manhã deste sábado, dia 27. Dois veículos acabaram atingidos pelos galhos...” Ninguém ficou ferido, graças a Deus. E, para que os senhores saibam, essa árvore tinha inúmeros encaminhamentos à SMAMS. O primeiro pedido foi realizado quatro anos atrás. Uma vergonha! Uma vergonha, porque o cidadão porto-alegrense, que paga o seu imposto, quer o serviço na hora, quer o serviço realizado de maneira adequada e a contento. Essa árvore caiu, felizmente só houve danos físicos, mas poderia, sim, ter caído em cima de uma criança, de um transeunte, de um cachorro ou de uma casa mesmo – várias vezes em Porto Alegre tivemos essa ingrata satisfação de ler nos noticiários. Aqui mesmo, na Câmara de Vereadores, ficamos dois dias, se não me engano, sem luz, porque árvores caíram aqui dentro e estragaram toda a parte elétrica. Então, senhores, chega da vanguarda do atraso! Aqui em Porto Alegre não podemos ter mais pessoas que conversam sobre atraso. As pessoas querem trabalho na hora, querem ações, não querem Vereadores sentados em cima de suas ideologias! Atualmente o tempo entre abertura do protocolo, vistoria e autorização de poda e corte pode demorar até dois anos, com muita boa vontade, normalmente leva mais tempo. Esse projeto, do qual tenho o prazer de ser coautora, junto com os vereadores Moisés Barboza e Ricardo Gomes, visa a agilizar o processo. Eu tive o desprazer de ouvir de alguns ambientalistas, para mim, “ecochatos”, que haveria um corte indiscriminado de árvores em Porto Alegre. Ora, senhores, estão passando a régua de que todos os porto-alegrenses são pessoas que sair por aí passando a motosserra nas árvores que estão boas. Se o cachorro estiver com pulga, matemos o cachorro. O cidadão que cortar alguma árvore de forma inadequada deverá ser multado, penalizado; agora, não podemos penalizar todos os porto-alegrenses por conta de um ou outro que possa incorrer em um erro. Se for aprovado o projeto, vai atender os pedidos de retirada de árvores em situação de risco, não serão árvores boas, árvores com vida. E mais: o replantio de

árvores sadias com mais rapidez e segurança. Todo o pedido terá um prazo e possibilitará ao cidadão obter uma resposta rápida, da mesma forma que os requerimentos serão juntados de laudos técnicos de engenheiros agrônomos. Se não for da prefeitura, será de algum engenheiro agrônomo, pago pelo cidadão. Aí os senhores vão me dizer que os engenheiros agrônomos que não fazem parte da prefeitura não prestam! Ora, pois, estamos aqui trabalhando com pessoas que não querem o avanço da cidade de Porto Alegre, são do quanto pior, melhor! E mais do que isso, completando a fala do meu colega, Ver. Idenir Cecchim, quero lembra que à época, aqui na Av. Beira Rio, quando foram retirar as árvores, Ver. Moisés, muitas pessoas se abraçaram nas árvores, os “ecochatos”, com eu digo; porém, depois do temporal que aconteceu, derrubando a maioria daquelas árvores, eu não vi essas pessoas irem lá ajudar a recolher galhos e árvores que atrapalhavam, não só a avenida, mas também o parque.

Portanto, senhores, sejamos preventivos, sejamos efetivos nas nossas ações, chega de vanguarda no atraso. Porto Alegre merece vereadores que trabalhem para o futuro e não com atraso que muitos aqui estão pensando. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCL nº 002/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente; colegas vereadores; público que nos assiste nas galerias e através da TVCâmara, da nossa Rádio Câmara; o Ver. João Bosco Vaz e o Ver. Idenir Cecchim falaram aqui de alguns eventos da nossa Cidade. Eu quero continuar falando de outros eventos da nossa Cidade. Eu acho que não permitir que sejam feitas as podas das árvores, dizer que nós queremos acabar com o meio ambiente, é uma coisa muito forte. É como nós proibirmos as pessoas de cortar o cabelo – é igual! Se o governo não consegue, através de seus órgãos, podar uma árvore... Nós não estamos querendo derrubar todas as árvores de Porto Alegre, nós estamos querendo permitir, por exemplo, que seja feita a duplicação do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Foi debatido aqui nesta Casa que não podia aumentar o número de leitos, não só do Hospital de Clínicas, mas a duplicação do Hospital Conceição também, porque teria impacto ambiental. Mas e a saúde das pessoas? E a contrapartida nessa questão? Há pessoas que querem podar uma árvore porque os galhos estão destelhando as suas casas - é o dia a dia das pessoas, é disso que nós estamos falando. Agora mesmo estava falando com o ex-secretário do DEP, o Tarso, que disse que não conseguia limpar alguns arroios de Porto Alegre porque não era permitido. E aí vinha a enchente, e as pessoas cobravam. Quer dizer que nós não podemos ter duas moedas, nós temos que preservar o meio ambiente, claro que temos, mas nós temos também que dar dignidade para as pessoas. Se um órgão público, com seus técnicos, fica sentados em cima de um processo porque a lei lhe garante isso, nós não podemos atrasar a vida das pessoas em hipótese nenhuma. Nós não podemos prejudicar a vida das pessoas; pessoas que, a cada vendaval, ficam com o coração na

mão; pessoas que, a cada temporal, como o de ontem, ficam com a vida na mão, apreensivas, porque em cima da sua casa tem uma árvore de grande porte, que seria só fazer uma poda, retirar aquele galho que está em cima de seu telhado, garantiria a sua casa, a sua moradia, o lar da sua família. E isso, se o órgão público não o faz, pode permitir que dois ou três vizinhos, como diz o projeto, peguem os laudos técnicos, peguem uma empresa credenciada e o faça. Não que a pessoa perca tudo. Eu acho que é disso que fala o projeto, o projeto tem regras, o projeto permite que o governo cumpra a sua parte, que o governo seja o primeiro órgão a fazer a poda. Agora, que a estrela de delegado – com se vê nos filmes de *cowboy* – seja transitória, que, se num prazo, não for cumprido, a pessoa possa delegar isso a pessoas responsáveis tecnicamente. Eu acho que esse projeto ajuda a cidade de Porto Alegre. Nós não podemos ficar esperando a boa vontade para, por exemplo, ampliar o número de leitos nos nossos hospitais. Nós não podemos ficar esperando a boa vontade para as pessoas não perderem os seus lares. Eu dou o exemplo da rua onde eu moro, em que já protocolei, como vereador desta Casa, pedido de poda de duas árvores que atrapalham a visibilidade dos motoristas. Foi um pedido de poda - eu não pedi para tirar as árvores - porque atrapalham a visibilidade dos motoristas e, até agora, nada. Quando der um acidente com transporte escolar, quando der um acidente com um lotação, quando der um acidente grave, aí nós vamos culpar quem? A visibilidade dos motoristas? Então, essas pequenas coisas do dia a dia das pessoas é que o projeto quer resolver. Seria isso, Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLCL nº 002/18.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, colegas Vereadores, eu quero manifestar aqui o meu apoio ao Ver. Moisés Barboza por este projeto, o que faço de forma muito confortável eticamente. Eu sou professor no único doutorado em direito ambiental do Brasil. Para quem não sabe, o único doutorado em direito ambiental, Ver. Moisés Barboza, do Brasil, é o PPG em Direito da Universidade de Caxias do Sul, mestrado e doutorado. E, lá, eu sou professor da disciplina ética ambiental - toda a sexta-feira estou lá com meus alunos de mestrado e doutorado, tratando o tema da ética ambiental. Nós temos aqui um pseudoproblema, uma discussão, baseada em falácias, uma discussão, não digo que seja de parte da sociedade civil organizada, mas por parte de algumas pessoas que são contra esse projeto, cuja postura já foi classificada como vanguarda do atraso, o que, aliás, coloca Porto Alegre no atraso, Porto Alegre como a Capital dos Sovietes. Aqui parece que é a antiga União Soviética, com a diferença de que, na União Soviética, Stalin não estava nem aí para os Sovietes, mas aqui se dá atenção a eles. Para tudo, se tenta esvaziar esta Casa; para tudo, se tenta esvaziar o sistema representativo; para tudo, se tenta esvaziar o valor, o peso do voto dos vereadores, que são os verdadeiros representantes do povo de Porto Alegre, que estão aqui nesta Câmara, nesta Casa. Estamos tratando de um projeto

importantíssimo para a Cidade e para as pessoas, que é a possibilidade de agilizar a poda de árvores, daquelas árvores que colocam em risco o patrimônio e a vida humana. Isso aí urge, é importantíssimo para a Cidade, tem um valor fundamental para a proteção da vida humana e do patrimônio dos cidadãos de Porto Alegre. Nós não estamos defendendo que a Cidade fique sem lei, que a Cidade se torne agora uma barbárie, não! O projeto defende que o cidadão possa contratar as mesmas empresas que já estão cadastradas na Prefeitura para fazer a poda. O projeto cria possibilidades de economia processual e financeira para a cidade de Porto Alegre; o projeto traz para o cidadão a proteção da sua vida e possibilita, não à revelia do Estado, mas que o cidadão possa ele mesmo, com aquelas empresas autorizadas e cadastradas pelo Estado, realizar a poda. Nós estamos aí diante de algo que é razoável, um dos melhores projetos que já passou nesta legislatura nesta Casa, um projeto simples, um projeto objetivo, um projeto que enfrenta um problema absolutamente real para Cidade. Porto Alegre tem uma árvore para cada cidadão, 1,3 milhão árvores, mais de mil tombaram no último temporal violento que a Cidade enfrentou, e nós temos que estar prontos para, com agilidade, defender as nossas vidas e o nosso patrimônio. Venho aqui encaminhar o voto em nome da bancada do PROS favoravelmente ao projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCL nº 002/18.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Eu acho que o Ver. Cecchim voltou inspirado. Eu ouvi atentamente a manifestação dele, Ver. Alex Fraga, sobre os jovens que subiram em árvores. Eu quero fazer uma correção por história e por justiça. Os jovens que subiram em árvores o fizeram para proteger a Praça Júlio Mesquita, aqui, em frente ao Gasômetro, que estava condenada a virar um estacionamento no processo de alargamento da Av. Edvaldo Pereira Paiva e da Av. Presidente João Goulart. Graças a esses jovens hoje é uma praça maravilhosa, que a comunidade do Centro usa das 8h às 22h; então, o que chamaram de “ecochatos”, eu chamo de ativistas que garantiram uma grande vitória, que teve inclusive o dedo do Ver. Professor Garcia, do PMDB, da minha atuação, da Ver.^a Sofia Cavedon, do Ver. Prof. Alex Fraga, porque a gente não é desonesto, foi uma luta da Cidade com parlamentares que, juntos, garantiram que aquela praça não só não fosse transformada em estacionamento, mas que fosse devolvida à Cidade: foi reformada, com *decks*, com pracinha. Aliás, é uma das melhores praças do Centro Histórico neste momento, que, junto com a orla, constituem, sim, uma atividade de lazer e de cultura para a população de Porto Alegre.

Então, nós não podemos ser inverídicos com a história e que com aqueles jovens que –pasmem – acabaram presos, às 6h, por defenderem árvores, enquanto os verdadeiros bandidos não são criticados e estão aí, livres, leves e soltos. Alguns dos verdadeiros bandidos são inclusive indicados para ministro do governo Bolsonaro,

como Alberto Fraga, que foi até julgado e condenado; mas parece que a condenação da corrupção é muito seletiva por aqui. Nós, do PSOL, não temos esse problema de seletividade: sempre combatemos, em todos os governos, os escândalos de corrupção. Então, tenho muita tranquilidade de falar da luta contra os verdadeiros bandidos e da luta verdadeira contra a corrupção.

Sobre o projeto, eu acho, sim, que existe uma demora enorme da SMAMS. Não pode que a população peça para haver uma poda e fique três, quatro anos esperando. É verdade, porque tem o risco para a população, tem a própria questão das esperas, que, individualmente, cada família faz, e que não pode, de fato, aguardar quatro anos para ter um atendimento resolvido, e às vezes não é resolvido. Agora, olho: vários dos que criticam – o Ver. Moisés é da base do governo há um ano e meio, é recente –, vários dos que estão dizendo que o projeto é a salvação da lavoura foram da base aliada dos governos dos últimos oito anos, que não abriram concurso para o setor responsável pelas podas no Município de Porto Alegre, gente! Desde 1993 não tem concurso para o setor para garantir, sim, que a SMAMS cumpra a sua responsabilidade, que é uma delas. Tem razão quem critica que não está fazendo, mas não está fazendo porque falta pessoal. E essa crítica é uma crítica geral, não é um demérito só do Governo Marchezan, porque o Governo do Marchezan assumiu há um ano e meio, e isso vem se arrastando nos últimos vinte e poucos anos – vinte e poucos anos! – por todos os governos que passaram. Em terceiro lugar, eu acho que a gente não pode terceirizar, Ver. Bosco, as responsabilidades. Eu ouvi atentamente a Ver.^a Nádia, que falava dos ambientalistas que não foram colher galhos. Eu acho que colher galhos é uma responsabilidade do Município, inclusive os ambientalistas pagam impostos para ter o serviço de coleta de galhos. Mas não é verdade. A Agapan fez um monitoramento, logo depois daquele temporal que derrubou árvores ali na Redenção, mostrando a fragilidade de várias árvores e apontando para o governo a necessidade de podas, mesmo ser receber um real para isso. Fosse como atividade militante, voluntária, com vários ambientalistas, para a cidade de Porto Alegre. E por fim, sobre o Hospital de Clínicas: o que se votou aqui, Ver. Janta, foi a questão do regime urbanístico, não a das árvores. Embora eu ache que para defender vidas se justifica, sim, fazer transplante, etc., para que o Hospital possa ser ampliado. E votei a favor da mudança do regime urbanístico, porque a saúde é caso prioritário. Mas o que se votou aqui foi o regime urbanístico.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) O problema da SMAMS não é o problema que falta gente para cortar, porque tem dezenas de empresas credenciadas. O problema da SMAMS é a má vontade dos técnicos em dar o laudo para autorizar o corte. Se a SMAMS não pode cortar, autoriza, e a pessoa contrata alguém que vá cortar, os credenciados. Não é o problema da falta de concurso.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): O que eu sei e investiguei, junto com os técnicos da SMAMS, que acho que tem muita gente capaz, é que tem nove técnicos da SMAMS em uma cidade de 1,4 milhão de pessoas. Nove

técnicos, digamos que é meio inviável fazer toda fiscalização necessária para garantir uma poda adequada, porque a poda mal feita também coloca em risco a população, gente. Não é só o problema do “arvorecídio”, embora este seja um risco real num País como o nosso. Mas, num País como o nosso em que vários preferem atacar quem defende o meio ambiente em vez de atacar um governo que junta Ministério da Agricultura e Ministério do Meio Ambiente, o que esperar? A resistência dos jovens, de todos, dos trabalhadores e das mulheres.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir o PLCL nº 002/18.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha pelas galerias e pela TVCâmara, foi defendido aqui, nesta tribuna, esse eficiente projeto do Ver. Moisés, pelo Ver. João Bosco, pela Ver.^a Nádia e pelo Ver. Idenir Cecchim. Não precisaria que este vereador subisse a esta tribuna para defendê-lo, mas este projeto presume um dos maiores princípios da administração pública: a eficiência com responsabilidade. Eficiência porque reduz os prazos; responsabilidade porque tem responsabilização civil e criminal, se manejar de uma forma irregular o corte. Peço que o senhor olhe essa foto, tirada na rua Felizardo de Farias, no bairro Santo Antonio. Pasmem, há anos o proprietário é multado pela SMOV por não poder construir calçada. E há quantos anos o proprietário espera um laudo, uma decisão da SMAMS, para que seja retirada essa árvore? Então, o projeto do ver. Moisés vem ao encontro do que estamos falando: eficiência. A foto comprova, na rua Felizardo, essa barbaridade. São feitos milhares de pedidos, e nada acontece. Quantos pedidos nós tivemos, por causa de calhas entupidas nos bairros de Porto Alegre, por causa das chuvas, dos vendavais, dos temporais. Então, quero que prestem atenção nessa foto e vejam como o projeto do ver. Moisés é importante para desburocratizar, para destravar a prefeitura de Porto Alegre. Então, vamos pôr eficiência na nossa gestão pública, e esse projeto vai ao encontro da eficiência do poder público. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCL nº 002/18.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o Ver. Mauro, no comandando dos trabalhos, bem como os demais vereadores e vereadoras. Esse é um tema de uma boa discussão. O Ver. Adeli se referiu aqui, anteriormente, sobre outro tema, que, em certos aspectos, a esquerda e a direita cometem erros. Lembro quando era secretário de obras - tinha um determinado secretário que foi nosso colega - que lá na

vila Timbaúva, Zona Norte, colocamos toda a iluminação, através da Divisão de Iluminação Pública - DIP, que pertencia, naquela oportunidade, à SMOV, fizemos também um campo de futebol para aquela rapaziada brincar e se divertir. Recebi uma comunicação da advogada da SMAMS de que não poderia fazer aquele campo de futebol lá - passei as patrôlas e fiz -, mas não me diziam por quê. Em certo ponto descobri que o campo não podia ser feito ali porque tinha um pé de butiá ao lado do campo. Para vocês verem como são as coisas, Bosco, os exageros que se comete. Eu não tirei o campo. O campo está lá até hoje. Automaticamente, os butiás estão sendo comidos, só não derrubem o pé de butiá! Mas são discussões banais em que não há desenvolvimento. Falaram aqui dos maricás. Sou de São Borja, vocês já sabem, os maricás nos incomodavam quando criança, aqueles espinhos. Eram espinhos. Aí venho para Porto Alegre, e não dá para cortar o maricá! Não dá para entender mais nada. Olha o conservadorismo, e como disse o Adeli, de esquerda e direita. O secretário esse, depois, acabou apanhando dos índios no Morro do Osso, por outros problemas. Eu não sei se ele é de direita ou de esquerda, Ver. Wambert, nunca me ocorreu procurar, mas era radical neste sentido. Falaram aqui do Hospital de Clínicas. O que seria do Hospital de Clínicas hoje se não fizesse aquela obra? O maior hospital de Porto Alegre, juntamente com o Hospital Conceição - os dois, por sinal, do governo federal. Então os motivos pelos quais mais nos atacam nosso bairro - eu moro no Teresópolis, Zona Sul: "Vereador, quando vou conseguir cortar aquela árvore?" "O galho do vizinho está me criando um problema, quebrando as telhas, quando vou poder cortar?" Tem mais de dez mil pedidos na SMAMS. Eu até não sei, a Melchionna aqui puxou um assunto, se é culpa de falta de funcionários ou se é radicalismo. Eu até sou muito legalista, eu acho que tem que fazer o certo, mas o certo que possibilite cortar as árvores das pessoas. O cidadão tem direito a ser bem atendido, Ver. Moisés Barboza. Eu sei que é um constrangimento para V. Exa. como Líder do governo; no meu entender, me permita dizer, por isso estamos fazendo aqui, isso mostra a quem está nos ouvindo em casa as nossas prerrogativas. Não é só o Executivo que pode fazer, esta é uma prerrogativa também desta Casa. Por sinal, no meu entender, o governo municipal, com algumas deficiências, não só de agora, mas do passado, não consegue fazer, e a Câmara tem, através de lei, que é isso que está se propondo aqui, através do Ver. Barboza, que corrigir essas distorções. Mas não sendo ilegal. Se for uma coisa de ilegalidade, não contem comigo. Portanto, nós temos que fazer uma coisa, Ver. Barboza, se porventura ainda resta alguma dúvida no projeto, não votemos hoje o projeto. É um pedido que faço a V. Exa., até dirimir todas as dúvidas, porque esse é um tema muito importante para mim. Eu sou legalista, não faço nada que esteja fora da lei, por que nós aprovarmos e depois a lei, a justiça, proibir ou entrar com processo, ou algum vereador entrar com um processo, isso não é bom para nós e para a Casa. Há necessidade, sim, de nós aprovarmos um projeto enxuto, avançado e que olhe para o futuro da Cidade, porque não tem como desassociar o econômico do social e do ambiental. Não tem. Nós queremos uma coisa que seja boa para a Cidade. E quando eu falo a Cidade, ela é composta de cidadãos, que precisam de proteção, mas precisam também que o poder público atue. Então, vou votar favoravelmente porque entendo o que nos pedem lá, e a

sociedade é penalizada. Mas, porém, entretanto, contudo, todavia, gostaria que V. Exa. olhasse esse aspecto: se não der hoje, vamos deixar para amanhã, mas vamos fazer uma coisa que não tenha volta e que seja bom para o cidadão porto-alegrense. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCL nº 002/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Ver. Mauro, cumprimentar os colegas e o público que nos assiste, queria iniciar minha fala cumprimentando o Ver. Moisés por este projeto que teve amplo apoio da Frente Parlamentar de Empreendedorismo e Desburocratização, que, logo que esse projeto chegou, abraçou o projeto, inclusive todos os seus membros deram amplo apoio, através de uma audiência pública para discutir o projeto, com a participação ativa de diversos setores da sociedade manifestando - também contamos com a participação da população apoiando. Queria chamar a atenção para um fato curioso, não sei se os senhores se recordam: no dia em que votaríamos este projeto no ano passado houve um temporal. Uma árvore caiu, e faltou luz na Câmara. Suspendemos a sessão, porque uma árvore que deveria ter sido podada caiu, com o temporal. Fortes sinais, não é, Ver. Wambert?! Curioso! Acho muito curioso também que o cidadão tenha prazo para pagar imposto, mas a prefeitura não pode ter prazo para cumprir um serviço tão básico quanto uma poda urbana. Eu até tenho aqui uma emenda, porque acho que o projeto do Moisés - com todo o respeito - é muito ameno, dá um prazo de 60 dias, o que, para uma árvore que está caindo, é muita coisa. Poderia ter um prazo de urgência, para que a prefeitura fosse lá e cortasse em 24 horas; a minha emenda tratava de 15 dias, mas optei, conversando com a assessoria, por não colocar subemenda à emenda, para eventualmente não prejudicar o projeto, porque entendo que, ainda assim, o prazo de 60 dias é melhor do que o que a gente tem hoje, que é o prazo indeterminado.

Eu vejo a oposição a esse projeto muito parecida com a que a gente tem visto na política brasileira: uma total desconexão da realidade. Enquanto uma parte do então governo discutia o uso do presidente ou presidenta, como se utilizavam as letras na palavra, como seria a agenda escolar das crianças, a gente tinha trabalhador sendo assassinado nas ruas, ou ouvíamos, todo o dia, quando chegávamos em casa, os escândalos da Lava Jato. Isso culminou com a eleição de Jair Bolsonaro, produto dessa minoria barulhenta que está desconectada da realidade. O povo de Porto Alegre clama por uma alteração como esta, mas uma parte dessa minoria barulhenta continua desconectada da realidade, assim como estava desconectada quando abraçou meia dúzia de árvores para impedir essa obra da orla, que hoje é um produto que toda a Porto Alegre tem usufruído, e muitos daqueles que abraçaram as árvores - como muito bem apontaram o Ver. Cecchim e outros - hoje estão lá e aproveitam.

Então, eu clamo para que se volte à realidade, a realidade do brasileiro, do gaúcho, do porto-alegrense é o dia a dia, com os serviços sendo solicitados e atendidos, com seus impostos pagos sendo retornados. É simples, não é nada ideológico, não é nada de outro mundo. E esse projeto faz isso. Como o Ver. Mendes, este projeto incitou um pouquinho mais de responsabilidade e eficiência a um Poder Público que anda, no Brasil, tão descontrolado; por isso, parabênizo e sou a favor deste projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLCL nº 002/18.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Ver. Mauro, na presidência dos trabalhos; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Primeiro, acabei não perguntando para o Ver. Moisés se ele vai querer votar o projeto hoje, o mesmo questionamento que fez o Ver. João Bosco Vaz.

Quero dizer, Ver. Moisés, que, olhando o projeto que V. Exa. apresentou, ainda no ano passado, verificamos que, fruto da discussão, Ver. Mendes, alterações foram propostas neste novo projeto, deixando menos ampla a parte que V. Exa. está legislando, então, neste momento. Quero salientar aqui que, no projeto anterior, V. Exa. previa que a compensação dos vegetais retirados poderia ser em qualquer região da Cidade. Este projeto não faz referência, então fica o que está vigente na lei, Ver. Ricardo, que é na área da remoção. Também no projeto anterior, V. Exa. alterava a questão da listagem das espécimes importantes, o que também foi retirado deste projeto para ficar numa parte que, entendo eu, Ver. Ferronato, é a mais premente neste momento. Se já existe, Ver. Idenir Cecchim, uma legislação que estabelece que dentro do nosso terreno, da nossa propriedade – isso foi um avanço que esta Casa construiu, aprovou, por proposta do Executivo –, nós podemos, independente de comunicar à SMAMS, chamar um profissional credenciado. Se ele der um laudo de que a árvore gera risco às pessoas, pode então fazer a contratação de uma das empresas cadastradas na SMAM e fazer a retirada. Ver. Moisés, não quero simplificar o seu projeto, mas ele é, neste momento, um projeto eficaz e simples, porque ele diz o que pode ser feito do portão para dentro do nosso terreno, na fachada do terreno também poderá ser feito! Não é nada mais, nada menos do que isso, Ver.^a Fernanda! Aquilo que já podemos fazer dentro do nosso terreno, Ver. Paulo Brum, o Ver. Moisés está propondo que também nós tenhamos o direito – todos os moradores de Porto Alegre – de fazermos uma distância que não empurre a nossa casa até o portão. Portanto, Ver. Moisés, se V. Exa. quiser adiar por algum motivo ou outro, fica ao seu critério. Mas eu acredito, Ver. Mauro, que o projeto está muito simples, muito simples! Repito: ele só está reproduzindo aquilo que podemos fazer dentro do nosso terreno, que possamos fazer também, na fachada do terreno, na distância entre o meio-fio da nossa casa e o portão, que é poder, em 60 dias, e essa já é uma alteração, através de uma Emenda, em 60 dias, se a Secretaria do Meio Ambiente, com os quadros reduzidos que tem, não com seguir

ir lá fazer a avaliação, que o proprietário possa contratar alguém, que tenha uma assinatura de um responsável técnico, e fique responsável pelo que ali está escrito, porque o proprietário não tem a responsabilidade de, efetivamente, fazer a avaliação, se aquela árvore realmente está gerando algum risco. Agora, acima de tudo, nós precisamos corrigir a possibilidade de riscos, porque fatalmente Porto Alegre é uma cidade extremamente arborizada, mas com qualquer vento que der várias árvores tombam; e isso tem ocorrido, sem demérito nenhum a quem propôs a arborização, temos uma grande arborização por árvores exóticas em especial jacarandás, que, inclusive, a SMAMS já reviu, porque são árvores que têm uma raiz muito superficial, que, com qualquer vento que dá, tombam. Foi o caso daquela árvore que tombou aqui dentro da Câmara, e não foi a que interrompeu a energia, foi o temporal. As árvores da Redenção, as árvores da Praça da Alfândega são jacarandás, que não se prestam mais para essa convivência urbana, tendo em vista as suas características de terem uma raiz muito. Então, Ver. Moisés, conte com o apoio deste vereador – acredito que dá bancada do PTB também – para aprovação deste projeto eficiente, mas que é um projeto bastante simples.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 002/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, colegas vereadores, vereadoras; este projeto, depois de várias discussões, emendas, tem alguns elementos com os quais eu concordo. Qual é o problema, Comandante Nádia, que tem sua intervenção? É que não tem acordo entre os autores e o governo. O maior problema não está aqui, o problema está dentro da SMAMS, porque nós temos dentro da SMAMS, como temos dentro da antiga secretaria do planejamento, uma meia dúzia de pessoas... Se eu fosse secretário, como fui da SMIC, que abriu um PAD que demitiu uma pessoa. Eu fiz isso, quero saber qual o outro secretário que fez? Porque tem algumas pessoas que desobedecem a legislação. Eu critiquei aqui e, felizmente se aposentaram, duas pessoas do Epahc. Fui duramente criticado, que absurdo! Um veio tirar as contas comigo aqui, falei que, se continuasse fazendo as coisas que estavam fazendo, abriria processo, inclusive processo administrativo, iria às últimas consequências para demitir, porque você não pode colocar a sua posição ideológica, a sua posição inclusive estética, no caso, diante das coisas. O problema é que quem se ferra são os pobres. Tenho vários pedidos de poda, inclusive de retirada de árvores da periferia, e o que está acontecendo? Jamais foram atendidas essas pessoas. Depois que houver uma tragédia, nós vamos ver o que vai acontecer. O problema é o seguinte: a gente aprova algumas coisas aqui, e já vêm as motosserras. Esse é o problema, acham que pode tudo; falou-se em revogar o Estatuto do Desarmamento, já tem gente dando tiro em tudo que é canto, já traficando armas. O Brasil é assim; o povo é assim; as pessoas são assim. Nós deveríamos ter um acompanhamento maior do que se passa dentro da secretaria. É inadmissível que a

SMAMS não esteja presente aqui porque eles sabem que nós estamos discutindo e votando esse projeto aqui. Eles sabem! Vocês vão ver, eu aposto o que quiserem: várias emendas serão vetadas, se não for vetado substantivamente esse projeto, e nada vai acontecer. O que precisa é esta Câmara se levantar contra o autoritarismo e, eu diria, o ser capacho de algumas pessoas dentro de instituições. “Capachagem”, não existe essa palavra? Se não existe, eu vou criar esse neologismo. Isso existe, tem que fazer a coisa certa, tem que fazer valer a legislação. Há árvores que não podem ser cortadas e se cortam; há árvores que foram colocadas em lugares de aterro e não querem cortar. Mas o que é isso? É preferível plantar dez boas árvores. Tem um grupo em Porto Alegre que planta árvores, tem um amigo meu, e eles nunca recebem apoio da SMAMS, nunca. Dizem que não pode plantar, não pode fazer; eles vão aleatoriamente e plantam! Tem um maluco que plantou uma árvore que dá um tronco de metros e metros no viaduto Otávio Rocha. Não pode ser assim! Porto Alegre é uma cidade a deus-dará. Tudo demora. Olha o PPCI do Mercado Público! Saiu a notícia, Oliboni, saiu o PPCI! Quem pagou? O pessoal do Mercado Público. Porto Alegre é assim. Nós temos que fazer este debate. Eu sempre digo que é bom que, agora, na Câmara, a gente tem alguns liberais, deputado. O senhor vai ser um dos poucos lá na Assembleia. Tem que ter o contraditório. Mas não liberal de meia pataca, tem que ser liberal mesmo, autêntico, porque com esses a esquerda pode debater, pelo menos a minha esquerda, uma esquerda democrática, que aceita debate, que faz autocrítica, que dialoga, que não é autoritária, que não passa a patola nos outros, quando discorda. Nós temos que fazer esse debate. Acontece aqui: se você diz A, e outro diz B, você já vira inimigo. Nós devíamos de fazer uma concertação nesse projeto. Tem aspectos positivos no projeto. Moisés, nós poderíamos caminhar juntos e discutir, na segunda ou na quarta-feira, com a presença da SMAMS, o que não é possível neste momento. A gente faz um grupo de trabalho e faz uma revisão no ano que vem. Vamos aprovar aquilo que é essencial no seu projeto, que são algumas coisas de agilidade, etc. e tal, sou favorável, e outras coisas que eu acho que são exageradas, o senhor vai ver. O senhor pensa que não é, mas eu já estou sabendo que os caras estão vindo com motosserra. Então, cuidado, este País não é um país sério.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCL nº 002/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, sobre esse tema das árvores na cidade de Porto Alegre, eu tenho conversado, às vezes, e tenho sido bastante criticado. Eu tenho falado sobre a orla do Guaíba e tenho dito, com frequência, que não me agrada muito ver como vem aumentando a existência de árvores nessa região. Vamos analisar essa parte aqui mais central. Porto Alegre tem, no Guaíba, uma das belezas naturais, e esse excesso de árvores na orla tem retirado a possibilidade da contemplação do Guaíba.

Eu acredito que deve existir, sim, deve-se manter árvores e vegetais na orla, mas não na quantidade que existe; claro que não podemos cortar as existentes, mas vamos respeitar o que existe na lei.

Lá na obra do Hospital de Clínicas, foi falado aqui, quando se estava começando a execução da obra, eu fui o vereador que pediu urgência no projeto, recebi críticas de tudo quanto foi lado, na verdade quase uma calamidade, porque se dizia que se retirariam árvores, e o Hospital de Clínicas está aí, uma necessidade da Cidade.

Quanto ao projeto em si, talvez esse seja o maior gargalo que se tem no Município, que é o atendimento às demandas de poda e de corte de árvores. Ouvi bastante o que se falou, e nós precisamos compreender que a SMAMS também está com pessoal bastante reduzido, o que tem dificultado, sim, uma agilização maior do atendimento desses pedidos. A prefeitura e a SMAMS nos informam, toda vez que se fala sobre uma demanda, que existe em torno de 10 mil pedidos pendentes. Portanto, uma autorização para que o particular possa tomar algumas decisões de poda e corte dentro dos rigores técnicos da lei, eu vejo como positivo. Por isso, estou aqui para registrar que nós vamos votar favoravelmente ao projeto do Ver. Moisés Barboza. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLCL nº 002/18.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Presidente Mauro, colegas vereadores, infelizmente, este projeto do nosso colega Ver. Moisés não vai resolver a situação de Porto Alegre, a demanda reprimida de mais de 10 mil árvores para cortar. Eu tenho pedidos, os senhores vereadores sabem disso, que batem sempre na nossa porta, pedindo a poda. Tem um caso, ali no Nonoai, em que a árvore está por cima da casa da pessoa. Cinco protocolos, três deles foram feitos na época do nosso finado colega Ver. Vendruscolo, e dois foram meus, da mesma árvore, um pedido da mesma família. Como a casa era alugada, o cidadão mudou-se com medo que a árvore caísse, e a árvore está até hoje lá. Isso faz cinco anos. Cinco anos, e a nova família que alugou essa casa está correndo risco. E assim são diversos casos em Porto Alegre. Infelizmente, essas demandas reprimidas, tão cedo não vão ser solucionadas. E o projeto do Ver. Moisés vai só ajudar alguns coronéis que têm dinheiro para pagar – é só isso! – um biólogo, que não é barato. Vai contratar um biólogo para ver! E pagar para uma empresa um corte que varia de 4 a 12 mil reais. Eu sei, porque eu já tirei muito orçamento, que tem casos que dá vontade de pagar e ir lá cortar. Eu acho que eu até vou comprar uma moto-serra e eu mesmo cortar. E eu digo isso para as pessoas: se a Prefeitura não fizer, eu venho aqui e vou tapar esse buraco. Vou ganhar mais do que como vereador - acho que vou começar a botar um tapa-buracos ali.

Então, Ver. Moisés, o Ver. Alvoni e eu vamos votar favoravelmente, porque aquele camarada que tem condições de pagar vai pagar, enfim, dentro das regras, mas,

infelizmente, a nossa demanda reprimida... Eu acho que vou estar usando bengalas e esse problema não vai estar resolvido. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCL nº 002/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, vamos agora à discussão do projeto do Ver. Moisés Barboza. Muito já se falou, nesta tribuna, a respeito de possíveis problemas ou então de encaminhamentos que esse projeto traria à nossa Cidade. Eu gostaria de destacar alguns aspectos que eu julgo importante, mencionados ao longo dessa discussão, que me parece que algumas das afirmativas não tiveram reverberação ou não foram bem compreendidas.

A Ver.^a Fernanda, na sua exposição, justificou que, Ver. Felipe Camozzato, as pessoas que estavam abraçadas em árvores estavam, na verdade, defendendo a Praça Júlio Antônio Mesquita contra a construção do estacionamento, e não pura e simplesmente contra o projeto. É claro que conseguiram o seu intento. Nós temos uma praça muito boa, temos uma quadra esportiva agora construída, temos também ali equipamentos de ginástica para idosos, o que deu qualidade de vida aos habitantes da região e aos frequentadores desse espaço urbano. O Ver. Cassiá colocou aqui a sua contrariedade a não permissão de corte de maricás. O maricá é uma árvore nativa importantíssima para nidificação de aves, ou seja, as aves que temos em Porto Alegre precisam construir seus ninhos em algum lugar. A maior parte das nossas espécies nativas não constroem ninhos no chão, como faz o quero-quero. A maior parte têm que construir ninho em árvores; para isso o maricá é fundamental; portanto, não podemos ficar simplesmente criticando o impedimento do corte ou supressão de um tipo arbóreo, temos que ver a finalidade que essa espécie tem para a avifauna e também para os mamíferos da nossa região. Bem, foi colocado também, acho que pelo Ver. Felipe Camozzato, repercutido pelo Ver. Wambert, que no dia em que votaríamos o projeto inicial de autoria do Ver. Moisés, muito pior do que este que está em votação, era muito mais agressivo para a natureza, caiu uma árvore aqui perto da Câmara que impediu a votação. O Ver. Wambert disse que isso foi um sinal. Sim, Wambert, eu concordo que foi um sinal da natureza dizendo para não votar esta porcaria. E a árvore caiu.

Vereador Tarciso Flecha Negra (PSD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Prof. Alex. Vou nessa sua linha que o maricá, além de ajudar as aves, a raiz do maricá filtra as águas onde ele está, naqueles corredores que chamamos de riacho. Ali se dá o maricá; o maricá não dá em praça. Então o maricá é muito importante na vida humana.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Exatamente, na saúde dos nossos córregos e arroios também. Muito obrigado, Ver. Tarciso Flecha Negra.

Portanto, não podemos ficar desdenhando e tomando todos aqueles que defendem a natureza como “ecochatos” ou usar quaisquer adjetivos pejorativos que, de certa forma, imputam uma censura ou então recriminam a postura de defesa da natureza. Nós aqui estamos tentando fazer um debate sério, qualificado. Eu trago meu ponto de vista como biólogo de formação para contribuir com esse debate. Temos problemas com relação às podas? É evidente. Os governos passados poderiam agilizar os seus processos internos. Se nós não temos quadro técnico qualificado para fazer as análises, que se desloquem quadros, que se desloquem pessoas para melhorar e agilizar os processos, mas infelizmente essas questões administrativas não são regradas pela Câmara de Vereadores. Portanto, é culpa e também responsabilidade de quem ocupa as secretarias, as pastas. As pastas do meio ambiente foram ocupadas pelo PP, foram ocupadas pelo MDB, e por tantos outros partidos que poderiam ter agilizado os processos, mas não fizeram. O projeto do Ver. Moisés Barboza se assenta na lógica de que nós precisamos melhorar; sim, o Executivo tem que fazer a sua parte, tem a sua responsabilidade e deve também agilizar isso.

Portanto, o meu maior temor é abrir um precedente para que a motosserra corra indiscriminadamente pela nossa Cidade, alterando esta que foi ainda, nas décadas passadas, considerada a Capital mais verde do Brasil, e nós estamos avançando rapidamente para nos tornarmos uma das menos arborizadas, visto que o cimento avança sobre as nossas regiões ainda arborizadas do Município. Um grande abraço a todos e continuemos este debate.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Marcelo Sgarbossa, a Emenda nº 04 ao PLCL nº 002/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 22 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Marcelo Sgarbossa, o PLCL nº 002/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**, 06 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Aprego Ofício nº 968/18, do Gabinete do Sr. Prefeito, informando que se ausentará do Município de 23 a 29 de novembro do corrente ano para participar das reuniões de Washington, em Nova Iorque, com ônus de passagens aéreas, fazendo jus a eventuais despesas, nos limites estabelecidos na lei.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT) (Requerimento): Solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Oito vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h57min.)

* * * * *